

ROBERTO CLEMENTE DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO SUJEITO ENUNCIADOR NO DISCURSO POLÍTICO.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

São Paulo
2009

S237c Santos, Roberto Clemente dos.

A construção do ethos do sujeito enunciador no discurso político/ Roberto Clemente dos Santos – 2009.
108 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.
Bibliografia: f. 99-101.

1. Discurso. 2. Discurso político. 3. Sujeito. 4. Polifonia.
5. Ethos. I. Título.

CDD 808.859

ROBERTO CLEMENTE DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DO SUJEITO ENUNCIADOR NO DISCURSO POLÍTICO.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (orientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Rosemeire Leão da Silva Faccina
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Nastri de Carvalho
Faculdades Taboão da Serra

Dedico este trabalho aos meus pais, aos meus irmãos e a minha noiva, companheiros leais que colaboraram para a concretização de mais um passo rumo ao meu desejo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela presença constante em minha vida,

Aos meus pais, Abias e Erenita que me animam a persistir em meus ideais,

A minha orientadora, Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, que me auxiliou para a concretização desta dissertação,

A minha noiva que me permitiu ser ausente por muito tempo em minhas viagens pelos livros,

Aos meus irmãos, amigos que me valem pelo exemplo e não somente pelas palavras,

As professoras Rosemeire Leão da Silva Faccina e Maria Teresa Nastri de Carvalho pelas relevantes contribuições no exame de qualificação que me auxiliaram para as reformulações necessárias,

E a todos que de alguma forma me auxiliaram para a concretização desta dissertação.

RESUMO

A presente dissertação, fruto do questionamento referente às imagens construídas no discurso político, tem como *corpus* o discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003. Esse discurso foi proferido por um cidadão pobre, nordestino e sem curso superior que chegou a São Paulo, foi metalúrgico, presidente do sindicato, mas que galgou posições políticas até a Presidência da República.

Tem-se por objetivo analisar não só o *ethos* desse sujeito enunciador, mas também sua constituição no discurso de posse, observando que esse discurso não é definido como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Além disso, objetiva-se perceber como o enunciador constitui-se sujeito por meio da construção da imagem que se evidencia para o enunciatário.

Esclarecemos que esta dissertação filia-se à linha de pesquisa de pós-graduação em letras, processo discursivo e produção textual da UPM tendo como pressupostos teóricos Brandão (2004), Charaudeau (2006), Osakabe (1999), na linha de Maingueneau referente ao discurso.

Destaca-se que a imagem desse sujeito depende da maneira como ele interage com o enunciatário, demonstrando que o que profere é digno de credibilidade. O *ethos* do sujeito enunciador constrói-se no discurso, no entanto, essa construção não é algo definido, configurando-se assim, em diversos sujeitos no decorrer dele. O sujeito enunciador utiliza-se do discurso para mostrar-se digno para ocupar o cargo para que fora eleito.

Palavras-chave: discurso, discurso político, sujeito, polifonia, *ethos*.

ABSTRACT

This paper, the result of questioning pertaining to the images constructed in political discourse, has as *corpus* the inaugural discourse address of President Luiz Inácio Lula da Silva in 2003. This discourse was delivered by a poor citizen, northeastern and without a college degree who arrived in São Paulo, a steelworker, union president, but who rose to political positions to the presidency.

The goal is not only to analyze the *ethos* of this enunciating subject, but also its constitution in the inauguration discourse, noting that this discourse is not defined as a information transmitter, but as effect of meaning between speakers. Moreover, the objective is to realize how the enunciating is constituted subject through the image construction that is evident to the enunciatee.

We clarify that this paper joins the line of letters postgraduate research, discursive process and textual production of UPM considering as theoretical assumptions Brandão (2004), Charaudeau (2006) and Osakabe (1999), in Maingueneau line referring to speech.

It is noteworthy that the image of this subject depends on how it interacts with the enunciatee, showing that who says it is worthy of credibility. The enunciating subject *ethos* builds itself on the speech, however, this construction is not something definite, and has thus, in several subjects in the course of it. The enunciating subject uses the discourse to show himself worthy to occupy the position for which he was elected.

Keywords: discourse, political discourse, subject, polyphony, *ethos*.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
1. Rumo à análise.....	13
1.1 Discurso.....	13
1.2 Discurso Político.....	18
1.3 Condições de Produção do Discurso.....	24
1.4 O Sujeito e Sua Construção: Dialogismo e Polifonia.....	28
1.5 O <i>Ethos</i> no Discurso Político.....	35
2. O Operário Presidente.....	42
2.1 A Biografia de Luiz Inácio Lula da Silva	42
2.2 O Contexto Político e Ideológico do Regime Militar.....	45
2.3 Lula e a Carreira Sindical.....	53
2.4 O Surgimento do Partido dos Trabalhadores.....	56
2.5 As Campanhas à Presidência do Brasil de 1989 a 1998.....	60
2.6 O Ano da Eleição de Lula – 2002.....	64
3. A Respeito da Análise.....	69
3.1 Breves Considerações.....	69
3.2 A Análise.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	99
ANEXO.....	102

Considerações Iniciais

A presente dissertação filia-se à linha de pesquisa de Pós-Graduação em letras “processo discursivo e produção textual” da UPM e teve como motivadora a disciplina “Análise do Discurso”, mais especificamente a aula ministrada pela professora Neusa Bastos que expunha as definições a respeito das condições da produção do discurso, o que me remeteu para a intencionalidade do enunciador e como ele se mostrava digno de credibilidade. Nesse momento me veio à mente o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, retirante, presidente de sindicato, sem curso superior, mas que chegou ao posto mais elevado que uma pessoa pode chegar no governo de um país.

O discurso de posse do 1º mandato de Luiz Inácio firma um contrato com o povo que o elegeu, indicando o porquê de sua eleição. O enunciador mostrava as suas vozes como Presidente da República, sindicalista e cidadão brasileiro com anseios para o futuro, projetando diversas imagens construídas ou pré-construídas.

O presidente Lula utilizou-se de exemplos práticos para mostrar que sua eleição fora o melhor para o povo, que estava descrente da realidade que se apresentara até aquele momento.

Esta dissertação tem por questão a seguinte pergunta: Como e quais são as imagens construídas que se apresentam no discurso do Presidente Lula em 2003? No momento em que se profere um discurso, o sujeito enunciador constrói diversas imagens que dialogam com o enunciatário, o povo brasileiro, indo ao encontro das perspectivas deste ou se distanciando, mas sempre mostra uma ou mais imagens.

A identificação do sujeito enunciador em um momento determinado posicionado como presidente da República define a maneira como vai interagir com o povo construindo imagens que ratifiquem sua posição de presidente e de cidadão.

Tem-se por pressupostos teóricos Brandão (2004), Charaudeau (2006), Osakabe (1999), na linha de Maingueneau para o que se refere ao discurso. Além de tais teóricos,

apresentam-se as reflexões de Mainguenu (2006), Motta e Salgado (2008), no que se refere ao *Ethos*. E os pressupostos de Bakhtin (2006) e de Barros e Fiorin (2003) no que se refere ao conceito de dialogismo e de polifonia.

Sendo assim, este trabalho apresenta por objetivo geral:

1. Analisar a interação entre enunciador e enunciatário no discurso de posse em 2003 do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro mandato.

E como objetivos específicos os itens que seguem:

1. analisar os procedimentos linguísticos na construção da imagem do sujeito enunciatário utilizando-nos de elementos do léxico no que refere-se ao uso dos pronomes, verbos e substantivos.
2. analisar como o dialogismo e as diversas vozes constituem o sujeito;
3. observar o lugar de onde o enunciador discursa e o *Ethos* construído nesse processo.

Os elementos a serem analisados tomam por base aspectos relacionados ao sujeito, à intencionalidade, ao *ethos* e à interação, observando que não há discurso desprovido de intencionalidade (Brandão 2004) e que sempre há uma imagem construída no processo de interação entre interlocutores.

Postulando que há intencionalidade no discurso, definimos o de posse como o que pode-se ver ainda mais evidente a presente afirmativa de propósito existente, pois sendo um discurso político, procura fundar um ideal. De acordo com Charaudeau (2006, p.40)

O discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Ele resulta de aglomerações que estruturam parcialmente a ação política (comícios, debates, apresentação de slogans, reuniões, ajuntamentos, marchas, cerimônias, declarações televisivas) e constroem imaginários de filiação comunitária, mas, dessa vez, mais em nome de um comportamento

comum, mais ou menos ritualizado, do que de um sistema de pensamento, mesmo que este perpassasse aquele. Aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos.

O presidente Lula não teve uma simples imagem, mas sim a de quem tomou sobre si a responsabilidade de nortear a política brasileira rumo às necessidades do Brasil.

No discurso, há a manipulação consciente e inconsciente. O falante, por meio de estratégias argumentativas, procura criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade, de acordo com o que a sociedade tem como verdade, pois a definição tanto de verdade quanto de realidade parte da premissa que a verdade é situada conforme as informações recebidas de real ou verdade como “o Mito da Caverna” de Platão, com o propósito de convencer o seu interlocutor, mesmo que não seja verdade o que o enunciador transmite, ele deve fazer parecer verdade aos olhos do enunciatário.

A estratégia discursiva trabalha em função da imagem que o enunciador faz do enunciatário e por esta imagem que o enunciador seleciona determinados procedimentos argumentativos e não outros.

Ainda de acordo com Mainguenu, (2006, p.47):

Há uma estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor. É em razão desse complexo jogo de imagens que ele faz do interlocutor. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante seleciona determinados procedimentos argumentativos. A situação da enunciação não é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como cenografia por meio da enunciação. Aqui – grafia é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica um enunciador e um co-enunciador, em lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência.

Esta dissertação está configurada desta forma: introdução que apresenta o foco determinado da pesquisa; capítulo I, que trata de discurso, *ethos*, polifonia e dialogismo; o

capítulo II que aborda a biografia de Luiz Inácio do sindicato à formação do Partido dos Trabalhadores e o capítulo III que analisa o *corpus* seguidos da bibliografia e do anexo.

1. Rumor à Análise

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica que alicerçará a análise do *corpus* por meio de pesquisa teórico – prática, observando o que se propôs neste trabalho de pesquisa.

1.1 Discurso

Qualquer que seja a vertente da análise do discurso que venhamos a tomar como ponto de partida para as investigações, faz-se necessário, em um primeiro momento, conceituarmos o que entendemos por discurso.

O senso comum explica o discurso como a linguagem em uso. Mesmo que seja uma perspectiva coerente, não se resume somente a isso, sendo assim uma definição superficial para uma análise do discurso relevante. Os analistas apresentam mais especificidade tanto no conceito teórico quanto na aplicação, esquadrinhando três dimensões para uma conceituação do discurso, sendo: a linguagem em uso, o aspecto cognitivo e a interação.

Brandão (2004, p. 11) nos define o discurso como sendo um processo de interação que está localizado entre o nível linguístico e extralinguístico, é a linguagem em uso, é a exposição de crenças e a interação social, “ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.”

O mérito central do discurso está inserido na formação do sujeito na interação em situações sociais, não é somente transmissão de informação, mas também um processo de significação que vai se definindo como efeito de sentido entre os locutores, por causa da historicidade própria do sujeito. Orlandi (2007, p. 21), afirma que:

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa seqüência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de

mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na idéia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores.

O discurso é alicerçado na relação existente entre a interação social e a exposição de crenças e o que materializa esse discurso é a linguagem, que é a ação e o ato de propor seu enunciado em determinado momento como representação de seu ser, manifestando a ideologia do sujeito.

Ferdinand Saussure (2002) afirmava que a linguagem tem um lado individual e um social, sendo a *langue* ou língua que se encontra no campo social, visto que a língua não está completa em nenhum indivíduo, mas sim na massa e a *parole* ou fala na esfera individual, pois é a expressão individual de ideias, emoções e experiências próprias, diferentes entre sujeitos.

Bakhtin critica Saussure, ao não considerar a linguagem como somente individual, mas também coletiva, pois o sujeito se posiciona observando o contexto social em que se insere. De acordo com o autor (2006, p.15):

A língua é, como para Saussure, um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, ao contrário da lingüística unificante de Saussure e seus herdeiros, que faz da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra a ela como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala) individuais, Bakhtin, por sua vez, valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais.

Outro aspecto a que Bakhtin se refere está relacionado à linguagem como meio para a expressão da ideologia. De acordo com ele (2006), a palavra é fenômeno ideológico e por isso não deve ser pensada fora da sociedade, ela expressa o consentimento entre os indivíduos, e ao mesmo tempo é individual, pois expressa o consentimento entre os indivíduos e ao mesmo tempo é individual e por isso pode ser considerada como signo social que compreende seu funcionamento como instrumento da consciência.

A visão da sociedade e as transformações ocorridas nela refletem-se na ideologia. Para o autor (p. 29):

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.

Os signos refletem a visão do enunciador, mas deve-se atentar que o signo é neutro. São os sujeitos envolvidos no processo de enunciação que atribuem valor aos signos no uso da palavra. O autor (p.35) afirma que:

[...] a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.

Além disso, existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação na vida cotidiana. Esse tipo de comunicação é extraordinariamente rica e importante. Por um lado, ela está diretamente vinculada aos processos de produção e, por outro

lado, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas.

A formação ideológica do sujeito, maneira de ver o mundo, é representada na formação discursiva dele, maneira de dizer o mundo, e representa o discurso que pode ser considerado como o raciocínio sequencial sobre determinado assunto.

A ideologia, de acordo com Fiorin (2007) é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Na sociedade, circulam ideias que são determinadas pelo contexto em que o sujeito se circunscreve. No entanto ele alerta que a ideologia não é mero reflexo da realidade e refere-se a ela como determinada pelo poder econômico que resulta nas lutas de classes existentes na relação entre os sujeitos e pode influenciar ou determinar a forma social.

Nas lutas de classes, os discursos sociais correspondem a determinado grupo de temas que são definidos pelo conhecimento, pela significação e posição social frente a determinado referente.

De acordo com Bakhtin (2006, p.8):

A ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. A evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico, vivo, opõe-se ao 'sinal' inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato.

Segundo Weedwood (2002), Bakhtin considera a língua como uma atividade social, em que o importante não é o enunciado, o produto, mas sim a enunciação, o processo verbal. Bakhtin enfatiza a fala, a parole, a enunciação, e afirma sua natureza social visto que ela é a representação de um contexto ideológico e é ligada à maneira de ver o mundo e de dizê-lo.

Barros em *Diálogos com Bakhtin* (2007), no capítulo que se refere às contribuições dele às teorias do texto e do discurso, explicita claramente a visão que Bakhtin tinha sobre o discurso como produto da criação ideológica. De acordo com a autora o texto não existe fora da sociedade, só existe nela e para ela e não pode ser reduzido à sua materialidade linguística (empirismo objetivo) ou dissolvido nos estados psíquicos daqueles que o produzem ou o interpretam (empirismo subjetivo).

O discurso não é liberto das considerações linguísticas, visto que ele se materializa na relação social por meio da língua e nem das considerações históricas, visto que ele considera o sujeito como um ser situado em um local determinado com um conhecimento prévio próprio de sua formação no decorrer da vida. De acordo com Brandão (2004) O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso.

Nesse ponto de articulação, vão-se constituindo os efeitos de sentido e nessa constituição, o sujeito também vai se formando como ser que redefine os significados de acordo com o contexto que se lhe apresenta. A linguagem é intenção que se concretiza entre a articulação do simbólico com o político.

A ideologia é o processo que estrutura a significação e tem como base a intencionalidade que se expressa por sujeitos históricos em interação no movimento de significado que se expressa na linguagem.

De acordo com Orlandi (2007, p.95):

[...] a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político.

Dessa maneira ele poderá compreender como o simbólico e o político se conjugam nos efeitos a que ele, enquanto sujeito de linguagem, está (as)sujeit(ad)o. Inauguram-se assim novas práticas de leituras que problematizam as maneiras de ler. E em decorrência, por que não, também se deslocam suas maneiras de produzir sentidos.

Com base nessa citação de Orlandi, podemos dizer que o sujeito age com um propósito de levar o outro a creditar sua confiança em quem fala e o meio utilizado para a concretização desse objetivo é a linguagem.

A linguagem é intencionalidade, o ser humano utiliza-se dela para expressar não somente seu pensamento, seu posicionamento, mas também para levar o outro que o ouve a aderir a seu posicionamento. O discurso não é desprovido de intencionalidade, pois a linguagem como expressão da ideologia não se resume na expressão da visão de uma única pessoa, mas de indivíduos ou grupos heterogêneos que querem fazer sua visão de mundo prevalecer sobre a do outro.

1.2 Discurso Político

O discurso político é, por essência, o local em que se expressam as máscaras sociais e em que o enunciador revela-se de acordo com o contexto e as necessidades manifestas pela análise do contexto. Courtine (2006) define o discurso político como um lugar de memória e por esse motivo o enunciador interage com a memória de seu enunciatário em seu discurso.

Charaudeau (2006, p. 32) afirma que “falar de discurso político é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas.”

A análise do discurso tem ligação com a Filosofia Política e com as Ciências Políticas, pois ele analisa a produção discursiva interessando-se por sua forma de expressão como um todo e pela descrição das interações sociais, descrevendo a identidade dos sujeitos envolvidos e por este motivo pode ser vista como um campo interdisciplinar. Delimitaremos o presente item no foco que proposto nas considerações iniciais, que se enquadram em função da identidade em um momento determinado.

A Filosofia Política tem como perspectiva os fundamentos do pensamento político e as categorias que o compõem. Charaudeau (2006, p.33) delimita o porquê desse foco de análise da Filosofia Política:

Parece que o que justifica esse lugar de reflexão é uma interrogação permanente sobre os modelos de organização da sociedade. Esta é considerada um corpo de indivíduos cujas relações devem ser ordenadas em nome de um ideal do bem e da justiça, o que abre um espaço de reflexão coletiva sobre a ética, ao tentar responder à lancinante questão: ‘qual é o melhor regime de governo?’ Correlativamente, a interrogação se relaciona a ‘quem faz o quê’ nessa organização social. Isso leva a pensar em termos de estruturas hierarquizadas e, portanto, em que tipo de relação deve instaurar entre um poder governante – o Estado – e o restante da sociedade – a cidadania.

No entanto, o ponto que temos em comum para a análise do *corpus* refere-se ao ponto de vista das Ciências Políticas, que se relacionam ao ato do discurso em relação às suas finalidades pragmáticas¹ e aos efeitos que produzem, focando, assim, os comportamentos dos políticos e os processos que conduzem as atitudes em resposta a ações e escolhas diante da intervenção dos engajamentos em comum entre enunciador e enunciatário diante de uma previsão para o futuro.

De acordo com o autor (2006) Ciência Política, exatamente como a Sociologia, tem sido solicitada por diversas instâncias do mundo político, a elucidar os mecanismos que presidem os movimentos da opinião e que fazem o fracasso ou o sucesso dos políticos.

Uma das linhas de análise refere-se a universos discursivos já construídos e presentes no ato do discurso, que faz emanar a interdiscursividade pré-construída de determinada ideologia.

¹ A parte da teoria do uso lingüístico que estuda os princípios de cooperação que atuam no relacionamento lingüístico entre o falante e o ouvinte, permitindo que o ouvinte interprete o enunciado do seu interlocutor, levando em conta, além do significado literal, elementos da situação e a intenção que o locutor teve ao proferi-lo. (Houaiss, 2001).

Ainda que exista certa afinidade entre a linha de análise da Filosofia Política, Ciências Políticas e a Análise do Discurso político, não devemos pensar que as três somam para o mesmo propósito. A análise do discurso não se questiona sobre o caráter da racionalidade da política, nem sobre os mecanismos que produzem o comportamento político, mas como afirma Orlandi (2007, p.15) “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Outro aspecto que devemos analisar da análise do discurso político refere-se à capacidade que tem de influenciar a sociedade, e pode ser caracterizado como um jogo de sedução em que o que legitima é o parecer ser, ou seja, aparecer como necessário em determinado momento que se apresenta.

O sujeito enunciativo do discurso político chegou até aquela posição, no caso em particular a da Presidência da República, não por imposição, mas democraticamente, pela vontade do povo expressa em votos. Pode-se definir esse momento como de interação por ter sido a posição delegada pelos eleitores para, como diz Charaudeau (2006), realizar o desejável pelo povo, mesmo que o que se decida se enquadre em função do possível, logo se pode ver a importância de se analisar a condição da produção do discurso.

Assim sendo, define-se o discurso político como sedução pelo fato de expressar, não o pensamento somente do sujeito que fala, mas também de um grupo determinado, nesse caso, o da população que elegeu o Presidente da República.

Três são os momentos do discurso político que o enquadram como sedução e se correlacionam à condição da produção do discurso. Em um primeiro momento, o discurso político é como um sistema de pensamento, procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. Charaudeau (2006, p.187) afirma que:

Em todo ato de discurso, o propósito é aquilo de que se fala, o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra; o que é, afinal, proposto. Ele corresponde, de certa forma, ao tema do discurso, como quando falamos do tema (ou do assunto) de uma discussão. Por mais que se fale (ou escreva) com a finalidade essencial de estabelecer uma relação entre si e o outro e de influenciá-lo, tentando persuadi-lo ou seduzi-lo, essa relação seria vazia de sentido se não tivesse por objeto certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem. O homem é tomado tanto por um desejo de inteligibilidade do mundo quanto de troca com o outro.

O segundo momento refere-se ao discurso político como ato de comunicação relacionado aos sujeitos participantes da cena de comunicação política, em que o foco se enquadra com mais clareza na vontade de influenciar a opinião do outro, projetando a imagem do caráter pessoal como um padrão a ser seguido como a moral, o contato afetivo, o comportamento e o intelecto de quem discursa.

O terceiro momento refere-se ao discurso político como comentário que não se volta para um fim político, mas sim, para o político que profere o discurso, não envolvendo a parte social da política, mas sim a projeção de uma imagem.

Ainda em Charaudeau (2006, p.40, 41):

A atitude de comentar não engendra uma comunidade específica, a não ser ajuntamentos circunstâncias de indivíduos por ocasião de trocas conversacionais não voltadas exclusivamente à política. Um discurso de comentário tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação. Ele pode ser revelador da opinião, mas sem que se saiba necessariamente qual é seu grau de engajamento em relação àquela ação.

O discurso político manifesta-se tanto dentro do governo, no qual o desafio é o de governar com os parceiros diversos, quanto fora do governo, que corresponde ao desafio de

decidir entre esses mesmos parceiros. Tanto em um caso quanto no outro, observa-se que a linguagem alia-se à ação, de forma recíproca.

No discurso político, devemos nos ater também para o duplo fundamento dele que é o diálogo voltado para a construção da opinião e a verdade que se representa na ação do enunciador. Esses fundamentos são responsáveis pelos contratos firmados entre o enunciador e o enunciatário.

O autor (p.52,53) ainda define a função do discurso político:

De fato, o discurso político, no que concerne às suas significações e a seus efeitos, não resulta da simples aplicação de esquemas de pensamento pré-construídos que se reproduziriam sempre da mesma maneira quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados. As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros. Essa construção-reconstrução se opera segundo o lugar ocupado no contrato e, ao mesmo tempo, segundo o posicionamento dos indivíduos que ocupam essas posições. Ora, esses posicionamentos resultam de linhas de pensamento diversas, de reações ao mesmo tempo emocionais e intelectuais e de interações em situações particulares em que eles estão alternadamente em posição de dominante e de dominado. Diremos que as significações do discurso político são fabricadas e mesmo refabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e seus atores.

O que legitima o discurso do enunciador é a autoridade que é atribuída a ele pelo enunciatário que acreditou ser a sua proposta a mais coerente para os anseios da população.

Courtine (2006, p. 89) “afirma que o discurso extrai sua legitimidade do fato de falar em nome de”, ou seja, o enunciador não representa somente o seu pensamento, mas também o dos eleitores. Essa legitimação vai se concretizando no momento em que quem discursa demonstra que sua ação e atitude vão ao encontro da imagem atribuída a ele pelos eleitores, ratificando assim a instância cidadã que faz parte do regime democrático. Segundo Charaudeau (2006, p. 58):

A instância cidadã [...] se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo. É o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhe são propostos ou as ações que lhe são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. Se a instância cidadã dispõe de um poder evidente, isso sempre acontece por via indireta, a de um questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política.

A instância política se enquadra no campo da decisão e da ação e leva a fazer pensar com o propósito de persuadir, se necessário, em busca da ratificação da legitimidade que a eleição já lhe deu. O autor (p. 56) postula que:

A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um ‘poder de fazer’ – isto é, de decisão e de ação – e um ‘poder de fazer pensar’ – isto é, de manipulação. É o lugar da governança. Por conta disso, a instância que os reúne está em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. [...] assim, em nome da diversidade dessas situações, a instância política estabelece com seu parceiro principal, a instância cidadã, relações diversas segundo a maneira como a imagina: como um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ele por meio das mídias; como um público-cidadão que tem uma opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; como um público-militante que já tem orientação política, quando se trata de mobilizar os filiados.

O sujeito enunciativo promove-se nessa reciprocidade do discurso político como que seduzindo o eleitor, procurando estabelecer uma relação de identificação entre os sujeitos envolvidos nessa cena enunciativa. No caso desta análise, o espaço da reciprocidade é o da posse do discurso de posse do Presidente Lula.

Osakabe (1999, p. 111) afirma que:

[...] a imagem que o locutor pressupõe que o ouvinte tenha dele não se liga à sua individualidade, mas à sua função. [...] O locutor atende basicamente à imagem que o ouvinte faz do locutor político e que essa imagem se funda na concepção de que o locutor político responde

pelos interesses de forças superiores às suas (a coletividade, o povo, a Nação etc.). Nessa medida, se articulam de maneira mais precisa as significações confusas com a significação mais precisa de poder público, que é aquela que interessa ao locutor para o desencadeamento de seu discurso. O primeiro dos atos a que se deu o nome de promoção se funda inteiramente sobre essas condições.

Em suma, a análise do discurso político parte de uma cena enunciativa que expressa, naquele determinado momento, o discurso como representação do pensamento do sujeito enunciador e o da sociedade, dialogando para a construção da imagem desse sujeito enunciador legitimado, revelando-se digno de credibilidade diante do povo que o elegera. No discurso político, o enunciador utiliza-se da autoridade que o cargo lhe atribui, visto que ele é o representante do povo.

1.3 Condições de Produção do Discurso

O presente tópico tem como fundamentação teórica para analisar as condições de produção do discurso e sua interferência na relação entre enunciador e o enunciatário, as contribuições de Brandão (2004), Charaudeau (2008) e Orlandi (2007).

Esclarecemos que as condições de produção do discurso relacionam-se aos sujeitos, como protagonistas envolvidos na enunciação e a situação que se enquadram na estrutura social estabelecendo uma relação de interação entre o enunciador, o enunciatário e o contexto. Brandão, em *Analisando o Discurso* (2009, p. 7) postula que “o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente.”

Com base nessa afirmativa de Brandão consideramos também as contribuições de Charaudeau (2008, p. 24):

A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem.

A condição de produção do discurso faz com que reconheçamos o conhecimento individual de mundo e o compartilhado. As funções dos sujeitos envolvidos é legitimada pela sua formação discursiva e pela ideologia de quem os ouve. Orlandi (2007, p.42,43) afirma que:

Conseqüentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas 'tiram' seu sentido dessas posições, 'isto é' em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Podemos observar que a interdiscursividade não depende somente da posição social que os sujeitos ocupam, mas depende também da ideologia que pode ser de convergência ou não. Charaudeau (2008, p.29,30):

Evidentemente, essa separação entre consciência de um saber individual e consciência de um saber coletivo não é nem delimitada por um fechamento estanque, nem fixada de forma definitiva. O critério de determinação do saber individual é o critério de diferença. Mas essa diferença é, pela sua própria natureza, móvel. Podemos ter consciência de uma diferença diante de tal sujeito, de tal saber, mas essa diferença pode tornar-se semelhança em relação ao saber de um outro sujeito e será partilhada com ele. Assim, saber individual e saber coletivo deslocam-se constantemente em função do deslocamento das relações interindividuais e intercoletivas.

A condição de produção do discurso alicerça-se em um primeiro momento na coerência do que é dito, observando se naquele momento determinado uma ou outra expressão é a mais adequada, e, em um segundo, o conhecimento dos envolvidos naquele momento sobre o assunto ou assuntos abordados. O espaço da condição de produção do discurso é social e por isso é o espaço privilegiado para a interação. Nesse espaço de interação

regula-se a interação que dá o espaço para o poder entre os enunciatários que prevalecem devido ao reconhecimento da posição de autoridade pelo conhecimento demonstrado do enunciador.

Courtine apud Brandão (2004, p.42,43) define três ordens da origem da condição de produção de discurso:

a) origina-se em primeiro lugar da análise do conteúdo tal como é praticada sobretudo na psicologia social;

b) origina-se indiretamente da sociolinguística na medida em que esta admite variáveis sociológicas ('o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação [...]') como responsáveis pelas CPs do discurso;

c) tem uma origem implícita no texto de Harris, *Discourse analysis* (1952): nele não figura o termo CP, mas o termo 'situação', colocado em correlação com o de 'discurso' ao referir-se ao fato de se dever considerar como fazendo parte do discurso apenas as frases 'que foram pronunciadas ou escritas umas em seguida das outras por uma ou várias pessoas em uma só situação' ou de estabelecer uma correlação entre as características individuais de um enunciado e 'as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente' (apud Courtine 1981, p.20).

Observa-se com mais evidência no exposto (a) e (b) a importância dos saberes compartilhados e a posição social como responsáveis pela maneira como os interlocutores participarão do processo de interação em que o sujeito enunciador dialoga com o discurso do enunciatário. De acordo com Orlandi (2007, p.31):

O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. No caso em que analisamos, tudo o que já se disse sobre voto, sobre eleições, sobre eleitores e também todos os dizeres políticos que significaram, em diferentes candidatos, os sentidos da política estão, de certo modo, significando ali. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que aquela faixa diz.

A condição de produção do discurso remete os sujeitos envolvidos para as suas memórias discursivas, fazendo-os retomar os conhecimentos prévios a respeito do assunto

abordado, retomando os conceitos e preconceitos presentes em sua formação. Ainda de acordo com a autora (p.32):

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, no exemplo, remeter o dizer da faixa a toda a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

O contexto da condição de produção do discurso tem a capacidade de inserir, na relação existente entre os participantes, uma imagem que pode ser atribuída tanto para o enunciador quanto para o enunciatário. Segundo Brandão (2004, p. 44):

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de 'formações imaginárias' que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do 'imaginário' do outro, fundar estratégias de discurso.

A imagem do sujeito está ligada ao ato da enunciação, ou cena englobante, onde se considera que o público se posiciona de acordo com o tipo e o foco do discurso. Maingueneau (2006, p. 111) afirma que:

A cena englobante é aquela que corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se trata de algo que remete ao discurso religioso, político, publicitário, etc.; ou seja, devemos ser capazes de determinar em que cena englobante devemos nos colocar para interpretá-lo, para saber de que modo ele interpela seu leitor.

O espaço da condição de produção do discurso também pode ser considerado como a cenografia que pode ser considerada como o espaço da sedução, pois o enunciador pretende fazer seus enunciatários aceitarem determinada posição que pode ser imposta, no entanto essa

cenografia é um local em que aparece o *ethos* do sujeito enunciador e por ser em um local em que o sujeito dialoga com as perspectivas alheias e pode se aproximar ou se distanciar do interlocutor. Segundo o autor (2006, p. 113):

A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de um outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar essa cenografia que ele impõe. Para isso, é necessário que ele faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ela participa. Toda tomada de palavra é, com efeito, em diversos graus, incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou de tipos de discurso que têm necessidade de impor contra outros pontos de vista e de provocar uma adesão que está longe de ser já dada.

A condição de produção do discurso considera a posição que se enuncia e o contexto, e ambas estão direcionadas ao posicionamento ideológico, maneira de ver o mundo, dos envolvidos e a formação discursiva, maneira de dizer o mundo, e está relacionada ao jogo de imagens entre enunciador e enunciatário.

As condições de produção do discurso ou a cena enunciativa em que os participantes do processo de interação fazem parte é como se fosse um cenário que é utilizado para o sujeito enunciador firmar um contrato de confiança com o povo que acreditou que ele era digno de confiança para representá-lo.

1.4 O Sujeito e Sua Construção: Dialogismo e Polifonia

O que define o sujeito como tal não é somente seu Registro Geral, mas também a maneira como ele interage com o outro fazendo-se compreender. O que constitui o sujeito é sua historicidade, ou seja, a maneira como interage com a sociedade, reproduzindo em seu discurso o discurso do outro ou a ideologia, utilizando-se da língua para evidenciar a sua

visão de mundo, mas sem se desprender da maneira da linguagem ou de dizer. Segundo Foucault (2007, p.58):

As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo,[...]

O enunciador ao expressar sua subjetividade propondo-se como sujeito do seu discurso expressa sua posição em diversos momentos e nessa apresentação de sua subjetividade o sujeito enunciador se relaciona com o discurso de seu enunciatário.

O sujeito é formado e assujeitado pela ideologia e pelas condições pré construídas, uma vez que ele se posiciona, considerando o que é dado pelo contexto e pelo seu interlocutor. Brandão (2004, p. 26) afirma que:

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a interpelação e o (reconhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através destes mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível.

O dialogismo pressupõe a existência de outro sujeito, ou seja, um discurso não se constrói sobre si mesmo, mas considera a interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário. De acordo com Bakhtin (2003, p. 115):

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Charaudeu (2006, p.16), apresenta de maneira clara as contribuições de Bakhtin ao analisar o sujeito político do ponto de vista persuasivo, considerando a relevância de se conhecer o contexto em que se está inserido.

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele.

Fiorin (2006) diz que o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por este motivo, ele é sempre persuasivo.

No momento em que o sujeito enunciador se manifesta, ele está em um momento de interação com seu enunciatário, manifestando a maneira como pensa, recebendo ou não a aprovação de seu interlocutor.

O enunciatário tem importância única para que haja esse dialogismo, porque o enunciador formula seu discurso com um objetivo, com um propósito harmonioso entre as relações de persuasão e de interpretação, quando, de acordo com Barros e Fiorin (2003) a

persuasão e a interpretação envolvem sistemas de valores, do enunciador e do enunciatário, que, como afirma Bakhtin(2006), participam da construção dialógica do sentido.

A interação dialógica no discurso refere-se à interação social que há entre a voz do indivíduo e as vozes sociais. De acordo com Fiorin (2006, p. 24,25):

As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica.

Quando o sujeito enunciador fala, ele não age só, pois o enunciador leva em consideração a visão possível que o enunciatário terá dele quando receber a sua fala. Mainguenu (2006, p.115) afirma que:

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O ethos é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única.

Na interação verbal, os sujeitos procuram demonstrar seus conhecimentos adquiridos, e lembrando que os seres são subjetivos, percebemos que ocorre a intersubjetividade, no momento em que um pode exercer influência sobre a subjetividade do outro, pois, na relação entre os interlocutores, vão se construindo também os sujeitos que produzem os enunciados.

Essa interação não se dá somente na conversa, mas também na ideia compartilhada entre os envolvidos no ato da comunicação; quando interagimos com determinado pensamento do interlocutor está havendo dialogismo.

Outro aspecto que não devemos abandonar quando falamos sobre a construção do sujeito é que quando esse enunciador discursa, ele representa em um mesmo contexto o seu enunciado como pessoa e seu enunciado como um personagem que se utiliza de outros discursos.

A polifonia são as vozes sociais que cada indivíduo recebe com condições de re-elaboração sendo reflexo e propagador de vozes.

Essas vozes caracterizam-se pelos pontos de vista sociais do enunciador que se dão a conhecer e se entrecrocaram com as vozes dos enunciatários. O discurso político é essencialmente polifônico, e por meio dele, dão-se a conhecer os pontos de vista dos interlocutores. A polifonia também é persuasiva, pois na escolha de uma das vozes encontradas no discurso para transmitir determinada opinião, podemos encontrar uma voz de consonância ou de oposição, mas independentemente da voz que se apresente também se pode dissimulá-la. De acordo com Fiorin (2007, p.45):

Se um discurso cita outro discurso, ele não é um sistema fechado, em si mesmo, mas é um lugar de trocas enunciativas, em que a história pode inscrever-se, uma vez que é um espaço conflitual e heterogêneo ou um espaço de reprodução. Um discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo pode repeti-lo num tom irônico ou reverente. Por isso é que o discurso é o espaço da reprodução, do conflito ou da heterogeneidade. As relações interdiscursivas podem, assim, ser contratuais ou polêmicas.

Considerando a citação anterior, podemos dizer que o sujeito enunciador, quando define uma ou mais vozes que o constituem quando discursa, demonstra o propósito de

dialogar com as vozes que constituem o seu enunciatário, ele procura, assim, dar a aparência de ser digno de credibilidade, para aquele que o ouve, como que dizendo: Eu compartilho e divido com você que me ouve os mesmos anseios e a mesma esperança, pois presumimos que o enunciador, estando em um local mais privilegiado, não deixa de lado o que ocorre com o outro, transparecendo-se digno de credibilidade. De acordo com Brandão (2004, p.59):

Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, o sujeito situa o discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscurso), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscurso). Nesse sentido questiona-se aquela concepção do sujeito enquanto ser único, central, [...].

Segundo Barros apud Araújo (2002), a enunciação projeta-se numa pluralidade de vozes que realizam diferentes atos ilocucionais, como promessa, juramento, ordem, pedido.

Assim sendo, podemos dizer que não há unicidade da voz do sujeito enunciador, porque ele é formado polifonicamente e, ao persuadir, ele dialoga com as vozes dos enunciatários que podem ser de líder, de pai, de mãe entre outras que são presentes na sociedade.

Ducrot apud Araújo (2002, p. 28) afirma que:

O enunciador é expresso através da enunciação, mas não tem palavras precisas, pois a enunciação expressa seu ponto de vista, mas não as suas palavras. Por ser responsável pelo discurso, através dele o locutor dá existência aos enunciadores dos quais organiza pontos de vista e atitudes. O locutor apresenta uma enunciação pela qual ele se declara responsável, mas as atitudes expressas nesse discurso podem ser atribuídas a enunciadores de que se distancia. O enunciador corresponde à pessoa de cujo ponto de vista aos acontecimentos são relatados: é aquele que vê, é o lugar de onde o discurso se manifesta.

Os enunciados estão repletos das palavras de outros indivíduos. Quando falamos referente a algum assunto, o enunciador não diz algo que seja realmente inédito, que tenha partido do próprio sujeito, mas sim enunciados que assimilam no decorrer da vida e incorpora como se fossem dele, o que se tem de autêntico é o modo de dizer, mas não o dito.

As palavras deixam um espaço para o outro no sujeito, de maneira sutil, é o sujeito de consciência. Pêcheux (1988, p.161, 162) diz que “todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso ‘consenso’ intersubjetivo.”

O indivíduo é formado polifonicamente, pois quando fala, em si mesmo, apresenta conflito de vozes, muitas vezes, assim podemos caracterizar o discurso como arena de lutas onde se pegam as definições sobre determinados assuntos e opiniões que recebem e ambas podem se chocar porque vão a direções conflitantes. De acordo com Authier-Revuz apud Brandão (2004, p.67):

[...] sob nossas palavras outras palavras se dizem, que atrás da linearidade conforme emissão por uma só voz se faz ouvir uma polifonia e que todo discurso quer se alinhar sobre os vários alcances de uma partição, e que o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do outro.

Bakhtin (2006, p. 66) postula que:

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória.

Dessa forma observamos que o sujeito se forma na interação e com base nisso atentemos também para as contribuições de Fiorin (2006, p.21), que ratifica o que fora exposto por Bakhtin (2006) no que se refere ao processo de interação e de identificação:

Não é a dimensão que distingue uma unidade da língua de um enunciado, pois este pode ir desde uma réplica constituída de uma única palavra (por exemplo, 'não') até uma obra em vários volumes. O que os diferencia é que o enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos. O que delimita, pois, sua dimensão é a alternância dos falantes. Um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas. Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante.

A polifonia são discursos reproduzidos dentro de outros, ou seja, quando o sujeito enunciador coloca-se em um determinado momento e deixa transparecer ou manifesta a voz de um nós ou de um ele, podemos observar a presença da polifonia.

Em suma, o dialogismo é responsável pela interação que ocorre entre o enunciado do enunciador e as perspectivas da população, considerando o que esses envolvidos têm de interesse e a polifonia são as diversas vozes que formam o sujeito, sendo uma ou mais delas escolhidas para a concretização da interação. Tanto o dialogismo quanto a polifonia são constituintes do sujeito, pois não há sujeito desprovido de vozes sociais que o formam e nem a inexistência de interação com pelo menos uma delas.

1.5 O *Ethos* no Discurso Político

Neste momento, temos por objetivo tecer algumas considerações a respeito do *ethos*, ou imagem de si no discurso político, observando-o como resultante de um propósito explícito ou implícito do orador de fazer o outro a lhe atribuir sua confiança por considerar esse sujeito

enunciador digno de credibilidade pela maneira como se dá a conhecer. De acordo com Maingueneau (2006, p.56):

A questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica ao mesmo tempo levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro, e a estratégia de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele uma certa identidade.

Outro teórico que considerarmos para a análise é Charaudeau (2006, p.115) que, assim como Maingueneau, afirma que o “*ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira que ele pensa que o outro o vê.”

Tomamos dois termos emprestados da retórica de Aristóteles analisados por Amossy (2005) e que influenciam na construção da imagem de si no discurso. O primeiro é o *pathos* ou a sedução da sociedade por meio do diálogo com o que ela tem como perspectiva, despertando o interesse por quem se apresenta capaz de concretizá-las.

O *ethos* relaciona-se ao *pathos*, pois a identidade do sujeito dá-se na representação social e por isso o enunciatário dialoga com as representações do enunciador que resulta na construção do *ethos* que procura ser solidário ou não com as perspectivas da sociedade.

Segundo Amossy (2005, p. 09):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

A imagem que o enunciador tem construída pelo modo como se posiciona em seu discurso tendo por objetivo persuadir seu ouvinte está ligado ao *ethos*. No entanto, a imagem

do sujeito enunciador não deve ser definida como algo demarcado, e ela se redefine de acordo com a dinâmica presente no processo de enunciação como a visão de mundo, a visão do que se tem como correto e como necessário. Charaudeau (2006, p. 137) afirma que:

Toda construção do ethos se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do ethos são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

O sujeito não possui controle sobre a imagem que venha a construir, pois ao dialogar com enunciatário ele não tem controle sobre a intersubjetividade deste que interpreta a enunciação de acordo com sua visão de mundo. Bakhtin (2003, p. 26) afirma que:

Se nos voltarmos para a imaginação criadora, para o sonho centrado em nós mesmos, facilmente nos convenceremos de que ela não opera com minha expressividade externa, não evoca sua imagem externa acabada. O mundo de meu sonho centrado em mim situa-se à minha frente, como o horizonte da minha visão real, e eu entro nesse mundo como personagem central que nele atua, vence corações, conquista fama inusitada, etc., mas aí não faço a mínima idéia da minha imagem externa, ao passo que as imagens das outras personagens que povoam meu sonho, inclusive as mais secundárias, se apresentam com uma nitidez às vezes impressionante e uma plenitude que chega a suscitar em seus rostos expressões de espanto, admiração, êxtase, susto, amor e pavor; no entanto eu não vejo, absolutamente, aquele a quem estão ligados esse êxtase e esse amor, ou seja, eu não vejo a mim mesmo; eu me vivencio de dentro; mesmo quando sonho com os sucessos da minha imagem externa, não preciso imaginá-la, imagino apenas o resultado da impressão produzida por ela sobre os outros.

De acordo com Maingueneau (2006) o *ethos* é construído progressivamente na enunciação e visa a fazer com que o enunciatário se identifique com ela e relaciona-se à posição que é o posto que se ocupa em determinado momento, e ao posicionamento do enunciador que pode ser definido como o ato de posicionar-se em relação a algum assunto.

Barthes apud Maingueneau (2006, p. 55) afirma que o *ethos* pode ser definido como ‘os traços de caráter que o orador deve demonstrar para o auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isso, eu não sou aquilo’.

O segundo é o *logos*, ou discurso que influencia por meio do raciocínio lógico, com argumentação adequada e inferência de exemplos práticos no imaginário social.

A noção de *ethos* que tomamos como ponto de partida compartilha do pensamento da linguagem como elemento persuasivo que é intrínseco a ela, sabendo que por meio dela o sujeito expressa suas ideias e nesta apresentação constrói as imagens do enunciador.

O discurso político é persuasivo por essência e evidencia as máscaras, pois nele o sujeito enunciador procura se surgir como fiador de um caráter digno de credibilidade.

Segundo Maingueneau (2006, p. 55):

A persuasão só é obtida se o auditório pode ver, no orador, que ele tem o mesmo *ethos* que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele.

Discorrendo sobre *ethos* não podemos desconsiderar que, ainda que ele apareça mais evidente na enunciação, o auditório vem analisar o orador na instância pré-discursiva, caso tenha contato a ela, analisando-se se esse orador está coerente com o que vive em seu cotidiano.

Charaudeau (2006) refere-se a vários tipos de *ethos* relacionados ao posicionamento e a posição de quem profere o discurso e ao contexto que estão inseridos os participantes daquele discurso, ater-nos-emos aos que vamos analisar no *corpus*.

Um dos tipos de *ethos* refere-se ao *ethé* de credibilidade que não corresponde à identidade social do sujeito, mas sim à construção de uma identidade discursiva. Com o

propósito de fazer com que o auditório o julgue digno de crédito, pois fala com coerência em relação a sua atitude e discurso.

O segundo *ethos* a que Charaudeau refere-se é o *ethos* como representação da seriedade, nesse o *ethos* está relacionado ao que o auditório tem como seriedade e para inserir-se nele o enunciador deve incorporar firmeza e segurança no que diz demonstrando que o que é dito é sério.

O sujeito não se coloca com brincadeiras quando fala sobre o futuro do povo que o elegera, ele reconhece a importância de se colocar de uma maneira respeitosa em relação às necessidades de quem o elegera.

O terceiro *ethos* abordado é denominado *ethos* de virtude, nele, de acordo com Charaudeau (2006), o político demonstra sinceridade e fidelidade construída ao longo do tempo que é ratificada pelo compromisso e linha de pensamento seguida no decorrer de sua trajetória. Charaudeau (2006, p.123) afirma que:

A essas imagens virtuosas de fidelidade e de coragem do sujeito político devem-se acrescentar as de honestidade pessoal. Essa imagem – em oposição àquela do ardiloso – remete à retidão e à sinceridade, tanto na vida transparente (nada ter a esconder), não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal.

A virtuosidade é o político dar a aparência de digno de credibilidade, pois ele é coerente com o que vive.

O quarto *ethos* é o de competência. Neste o enunciador se mostra com conhecimentos e habilidades necessárias para exercer a atividade que se propôs. Charaudeau (2006, p. 125) afirma que ‘o próprio político pode evidenciar em suas declarações as características de seu percurso para invocar esse *ethos* de competência como por resultado de herança, estudos, funções exercidas e experiência adquirida no decorrer de sua vida.’

A trajetória de vida do político pode ratificar essa imagem de competência, pois evidencia que o sujeito tem base para falar sobre determinado assunto.

O quinto tipo de *ethos* que Charaudeau aborda e que tomamos como base para a análise refere-se ao *ethos* de identificação. Nele, o político tenta convencer o auditório de que ele é como aqueles que o ouvem, com as mesmas perspectivas, alguém que sabe quais são as necessidades do povo, o que faz com que o povo se identifique com o enunciador. Charaudeau (2006, p. 137) afirma que:

Tentar descrever e classificar os tipos de imagens que caracterizam o *ethos* de identificação é uma questão delicada. Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários. É a razão pela qual os políticos, conscientes disso, jogam com valores opostos, até mesmo contraditórios; tal político vai querer mostrar-se, ao mesmo tempo, tradicional, mas também moderno; sincero, mas igualmente sagaz; poderoso, mas simultaneamente modesto.

A identificação não se refere somente ao sujeito demonstrar-se simpático ou não, mas sim se sabe das necessidades do povo que o elegera.

O sexto tipo de *ethos* é o de humanidade. Nele, o enunciador aparece como alguém que se solidariza a necessidade do outro e expõe as suas fraquezas, mas sem exibir-se como um fraco. De acordo com Charaudeau (2006, p. 148):

O ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos: Para ser um homem público, não é preciso ser menos homem.

Essa imagem de humanidade denota que o sujeito enunciador é um sujeito do povo que foi escolhido por ele para representá-lo.

O sétimo *ethos* relaciona-se à imagem de chefe e se direciona para o auditório. Devemos atentar que o *ethos* relaciona-se ao sujeito enunciador e também ao auditório, pois o enunciador também faz uma imagem do auditório. A relação entre auditório e político eleito infere na relação de interação entre o cidadão que elegeu e o eleito uma relação de prestação de contas, o político torna patente que ele está naquela posição, porque o povo o elegeu.

O oitavo *ethos* se relaciona à solidariedade em que o político não somente compartilha das necessidades dos outros, mas também surge como responsável por elas. Charaudeau (2006, p.163) afirma que:

A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem ameaçados. Aquele que é solidário não está em uma posição diferente da dos outros; ele partilha as mesmas idéias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro das idéias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro das idéias e dos pontos de vista dos outros grupos. A solidariedade não é compaixão. A primeira se quer igualitária e recíproca; a segunda caracteriza-se por um movimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto emocionado pelo sofrimento alheio.

O sujeito enunciador não precisa ser sincero em seu discurso, mas deve parecer ser.

Para auxiliar na análise do *ethos* de solidariedade e para inferirmos mais um tipo de *ethos*, por entendermos que ambos estão interligados, recorreremos às contribuições de Pauliukonis e Monnerat em *Análises do Discurso Hoje*, volume 1 (2008) em que afirmam que o *ethos* pode ser também coletivo por representar a imagem de um grupo podendo a imagem corresponder a uma visão global por poder ser construída por atribuições de uma identidade resultante da opinião coletiva de alguém sobre determinado grupo ou de um grupo em relação a outro.

Em suma, conceituar o *ethos* não se resume apenas em definir seu conceito, mas sim a uma prática de análise em que é necessário observar quais são as perspectivas, os anseios do

povo, como o político se coloca em relação a elas, qual o contexto em que se inserem e quais os objetivos da análise de toda a cena enunciativa, como o porquê de determinado posicionamento e não de outro.

A análise do sujeito formado historicamente e que se revela na sociedade é analisada não somente pelo o que ele diz, mas se revelando como possuidor de máscaras.

Sendo assim, propomo-nos a revelar um pouco da trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva, retirante, nordestino, que apesar das dificuldades, chegou à Presidência da República.

2. O Operário Presidente²

O presente capítulo apresenta a vida de Luiz Inácio Lula da Silva, um nordestino que venceu os obstáculos que se interporam no decorrer de sua trajetória e chegou ao cargo de Presidente da República da Federativa do Brasil. Considera-se, neste capítulo, o contexto de seu nascimento, o período da ditadura militar, sua trajetória sindical, o surgimento do partido dos trabalhadores (PT), as eleições de que participou e sua candidatura que resultou na eleição à presidência do Brasil no ano de 2002.

2.1 A Biografia de Luiz Inácio Lula da Silva

Lula, sétimo filho de Eurídice Ferreira de Mello e Aristides Inácio da Silva, nasceu no dia 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco.

² O título tem como base uma das obras utilizadas na pesquisa. O livro de Alves Brito intitulado A História de Lula: O Operário Presidente.

Um mês antes do nascimento de Lula, seu pai, de acordo com Paraná (2002) seguiu o rumo de milhares de nordestinos, migrou para o estado de São Paulo, mais especificamente para Vicente de Carvalho, na cidade de Santos, litoral de São Paulo.

O candidato veio a conhecer seu pai no ano de 1950, quando já tinha 5 anos, no tempo em que seu pai Aristides voltou a Pernambuco para visitar sua família. No entanto, a vida no nordeste não era fácil para dona Eurídice manter seus filhos, ainda mais longe do marido e já com o oitavo filho resultado da visita de seu Aristides. Luiz Inácio relata em Paraná a dificuldade que está marcada em sua memória mesmo já tendo se passado tanto tempo. Paraná (2002, p.46) relata a fala de Lula:

Eu lembro, tenho uma imagem, dos meus irmãos mais velhos saindo para caçar preá, para caçar rolinha, era a forma que se tinha para encontrar a chamada 'mistura', ou seja, a carne para o almoço. Eu lembro que a primeira vez que eu comi arroz foi por um problema de doença, eu estava com dor de barriga; eu estava com qualquer coisa e então a minha mãe comprou remédio, quer dizer, comprou arroz. Naquele tempo, arroz na minha casa era coisa rara, não era uma coisa normal. Se comia feijão com farinha. Minha mãe fazia uma espécie de um quibe, ela pegava o feijão e a farinha e fazia uma espécie de um quibe amassado com a mão e era aquilo que a gente comia.

Considerando essa realidade de dificuldade, Dona Eurídice, ou dona Lindu, como era conhecida, decidiu também migrar com seus filhos para o estado de São Paulo, vendeu tudo que tinha e em 1952, depois de uma viagem de treze dias no pau de arara chegou ao bairro do Brás, em São Paulo e de lá seguiu de carro para Santos.

Senhor Aristides já tinha outra família em São Paulo com a prima de dona Lindu, no entanto arcou com a responsabilidade e levou a esposa para morar com ele, mesmo dando preferência para a segunda mulher com os dois filhos que teve com ela.

Dona Lindu, com o passar do tempo, não aguentava mais a maneira como seu marido Aristides procedia com ela e seus filhos e resolveu largá-lo. Uma das atitudes de seu Aristides que influenciou essa decisão foi quando ele bateu em Frei Chico e logo após quis bater

também em Lula, mas Lindu não permitiu e ele a agrediu com um golpe de mangueira na cabeça. O fato é relatado por Lula em Paraná (2002, p. 51):

[...] meu pai chegou em casa de noite, com a maior ignorância do mundo, pegou a mangueira, pegou o Frei Chico – o coitadinho estava trocado para ir para a escola -, deu-lhe uma surra! Mas deu-lhe uma surra!... Acho que ele tinha uns 10 ou 11 anos. O coitado urinava nas calças de tanto que apanhava. E meu pai, quando terminou de bater nele, veio bater em mim. Quando ele veio bater em mim, minha mãe não deixou. Aí ele deu uma mangueirada na cabeça dela e isso foi o começo do processo de separação da minha mãe e do meu pai. Minha mãe não admitia apanhar dele. Eu era o caçula. Acho que isso é coisa própria de mãe. Sempre o caçula, o menorzinho recebe mais cuidado da mãe.

Depois de abandonar o marido, criou sozinha os filhos em um quarto-e-cozinha nos fundos de um botequim em vila Carioca, bairro do Ipiranga. De acordo com Paraná (2002) ainda menino, Lula ajudou a mãe, trabalhando como vendedor de amendoim, tapioca, cocada, laranja, como engraxate e como entregador de roupa de tinturaria.

A sua alfabetização ocorreu-se quando ele tinha 10 anos. Aos 15 anos, conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada, contratado como aprendiz de torneiro mecânico pela Fábrica de Parafusos Marte. Antes disso, foi office-boy.

Lula concluiu o curso de torneiro mecânico no Senai em 1963, aos 18 anos. Lula fala que foi o maior orgulho de sua mãe ver que seu filho estava se profissionalizando para não passar pelas mesmas dificuldades que ela. Outra empresa que Lula também trabalhou foi na Fris Moldu Car e na metalúrgica Aliança, localizada na Vila Carioca, foi nesta última que ele veio a perder seu dedo mínimo decepado em um acidente de trabalho em 1963, quando após a quebra da máquina transversal que ele manuseava quebrou, esmagando seu dedo.

No ano de 1965, Lula ficou desempregado durante seis meses, e exprime como foi esse período em entrevista para Paraná (2002, p. 83):

Eu acho que a coisa mais deplorável que existe é você ir para uma fábrica, ficar ali um monte de tempo e o cara pegar a sua carteira profissional e dizer: 'Lamentavelmente não tem mais vaga, lamentavelmente a vaga já foi preenchida, lamentavelmente nós não estamos precisando...'. Você começa a andar às 6 horas da manhã. A empresa abre às oito. Você vai de empresa para empresa, chega no final do dia você está arrasado. A carteira profissional já está na sua mão num estado deplorável.

Lula foi admitido como torneiro mecânico da metalúrgica Villares, no ABC Paulista. Depois de algum tempo, em 1969, Lula conheceu sua primeira esposa, Maria de Lurdes que era uma tecelã, operária como ele.

Um ponto que marca a biografia de Lula é quando ele foi convidado por seu irmão, Frei Chico, para integrar-se ao movimento sindical em 1969. Embora ele mesmo fale que tenha se apaixonado pelo sindicalismo, não queria entrar para o sindicato. Os patrões de Lurdes diziam que ele sofreria perseguições e o que Lula queria era tranquilidade para montar uma família.

Lula casou-se no dia 25 de maio de 1969 e ficou viúvo em 1971, sua esposa morreu em consequência de uma hepatite não diagnosticada pelo médico encarregado, no oitavo mês de gravidez, assim como o filho que esperava.

Após a morte de sua esposa, Lula namorou uma moça e teve uma filha chamada Lurian.

No ano de 1973, Lula conheceu por intermédio de um senhor, seu Cândido, motorista de táxi, Marisa Letícia da Silva com quem se casou em 23 de maio de 1974. Seu Cândido, falava muito bem da nora que ficou viúva de seu filho assassinado no trabalho como taxista e com o passar do tempo Lula passou a querer fazer parte de sua vida.

No entanto, Lula não veio a conhecer Marisa no táxi, mas sim no sindicato. Um dia ela foi ao sindicato para pegar um atestado e começou, coincidentemente, a conversar com Lula falando de sua vida e como ficou viúva. Então Lula fez a ligação entre sua história e a de seu Cândido. Lula e Marisa começaram a namorar, o namoro durou um curto período de

tempo, 5 meses, Lula casou-se e dessa união com Marisa teve os filhos Fábio Luiz, Luiz Cláudio e do primeiro casamento de Marisa, Marcos, que criou como sendo seu.

2.2 Contexto Político e Ideológico do Regime Militar

O período da ditadura militar foi um marco na história do Brasil no século XX. E embora possamos abordá-la sobre a ótica do militarismo, dos grupos de esquerda, que eram contra o regime, o do cidadão de centro que sofreu no meio dos confrontos entre os de direita e os de esquerda, dos estudantes e dos artistas, esclarecemos que a analisaremos sob a ótica política que deixou de ser democrática para ser arbitrária e que calou a liberdade de se pensar diferente.

No ano de 1961, de acordo com Aranha, em seu artigo na revista Aventuras na História (2008) João Goulart, então vice-presidente do Brasil, foi acordado na madrugada do dia 25 de agosto de 1961, em Cingapura, por seu secretário de imprensa, Raul Riff, para ser informado que Jânio Quadros, após sete meses no cargo de presidente, renunciou.

João Goulart (Jango) não era bem visto pelos militares. No ano de 1954 ele apoiou os sindicatos que eram influenciados pelo Partido Comunista e não reprimiu as greves que surgiam. Os militares conseguiram sua demissão do posto de ministro do trabalho, cargo que ocupava no governo de Getúlio Vargas. Depois desse fato, João Goulart ocupava o cargo de vice-presidente e inesperadamente o da presidência, Jânio Quadros ficou apenas sete meses no cargo de presidente e renunciou. Os militares Conspiraram desde o 1º dia em que Goulart assumiu o cargo de Presidente. Eles não aceitavam o fato de Jango, um homem que havia mantido contatos com comunistas em 1954, ocupasse o cargo de presidente do Brasil e manifestaram sua visão de como seria a realidade da pátria. Aranha (2008, p. 15) narra como se deu o fato:

A renúncia fez o país mergulhar numa crise política. Em agosto de 1961, os generais golpistas chegaram a escrever um manifesto à Nação, em que diziam que, se Goulart assumisse, aconteceria no Brasil 'um período de choques sangrentos nas cidades e no campo, de subversão armada'. Na época para sorte de Jango, ninguém levou muito a sério a previsão. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, correligionário e cunhado de Jango, convenceu o general Machado Lopes, do Terceiro Exército, a ficar do lado dos legalistas, ameaçando pegar em armas. Os golpistas, então, recuaram.

Após a pressão sofrida pelos militares Jango assume a presidência em 7 de setembro de 1961 sob o regime parlamentarista, o que dificultava a implantação do governo de João Goulart que previa reformas de base como agrária, bancária, tributária, eleitoral e urbana. O regime parlamentarista empunha limites a Jango, pois dava mais força ao Congresso que era conservador.

Mas o presidente não estava satisfeito com o parlamentarismo e os governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto e o da Bahia, Juraci Magalhães, e o ex-presidente Juscelino Kubitschek que esperavam a eleição marcada para 1965 também não.

Em 1965, deveria ocorrer um plebiscito para escolher entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Goulart conseguiu antecipar o plebiscito para 1963, e viu o presidencialismo vencer de maneira esmagadora o parlamentarismo. O seu governo então começou e as medidas contra a inflação e de incentivo ao desenvolvimento. No entanto a economia piorou. Carvalho em sua tese de doutorado intitulada Olhares sobre o ano de 1968 nas lentes das revistas o Cruzeiro e Flama: uma abordagem da Análise do Discurso (2008, p. 32) afirma que:

Nesse período, cresceu maciçamente a participação popular, que pressionava o Governo Goulart por transformações no país. A UNE, os jovens católicos, os comunistas lutavam, cada um a seu modo, em seu próprio espaço de atuação, pelas chamadas reformas de base. Os comunistas, apesar de desenvolverem intenso trabalho de organização e mobilização popular, tinham seu partido na ilegalidade. Somando-se

a esse ‘cordão’ de pessoas engajadas, houve crescente número de sindicatos, os rurais, por exemplo, multiplicaram-se.

Jango caminhava para ser deposto de seu cargo. Essas mobilizações dos estudantes, católicos e comunistas a favor de mudanças no sistema governamental provocaram reações por parte dos conservadores da sociedade que denunciavam a subversão. João Goulart participou de um comício em 13 de março na Central do Brasil assinando o decreto de reforma agrária diante de 350 mil pessoas. Depois desse ocorrido houve uma rebelião iniciada em 26 de março, contra a prisão de José Anselmo, detido por tentar organizar uma associação de classe. O governo federal não puniu os rebelados, indo contra a disciplina militar. No dia 30 de março, Jango se reúne com suboficiais e sargentos em homenagem aos líderes da rebelião. Jango dizia que não admitiria um golpe que não fosse a favor das reformas de base que ele via como essências, no entanto aquele foi seu último dia como presidente. Aranha (2008, p. 17) diz que no dia seguinte a reunião o general Olímpio Mourão, de Minas Gerais, partiu com as suas tropas para o Rio e em 1º de abril, Jango fugiu para o Sul. “Líderes civis como Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros, apóiam o golpe. Não há resistência, e começa uma ditadura que vai durar 21 anos.”

Os golpistas tentavam manter a imagem de democracia preferindo ser chamados de revolucionários. O congresso continuou funcionando, mas sem os políticos que pregavam contra o sistema que surgia. Observa-se que houve a preocupação de redigir uma Constituição que justificasse a nova ordem.

A imagem de defensores da democracia não tardaria a cair. Em abril de 1964, foram cassados 41 deputados federais, 29 líderes sindicais, 122 oficiais das Forças Armadas simpáticos a João Goulart e várias personalidades públicas. Os funcionários públicos que foram considerados ameaça à segurança do país foram demitidos.

A perseguição política é amparada pelo ato Institucional número 1, AI-1, assinado em 9 de abril pela Junta Militar que governou provisoriamente o país. O AI-1, de acordo com Fausto (1998) estabelecia a eleição indireta para presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e no dia 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente, com mandato até 31 de Janeiro de 1966.

Embora os militares pregassem que teriam tomado o poder para exercer a democracia o ato institucional número 1 quando passou a vigorar mostrou uma realidade de inobservância ao direito de ser contrário ao governo. Fausto (1998, p. 467) afirma que:

O ato criou também bases para a instalação dos Inquéritos Policial Militares (IPMs), a que ficaram sujeitos os responsáveis 'pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária'. A partir desses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. [...].

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo a 1º de abril, a sede da UNE no Rido de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a Une passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe.

Mas a repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. AS intervenções visaram em regra os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros.

Uma das marcas do AI-I foi desconsiderar os direitos garantidos na Legislação Constitucional que ficou mais latente nas imposições determinadas pelo Congresso que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações, o que veio ocorrer no final do regime.

Na política, as eleições ao governo dos Estados não sofreram alterações em sua data e em 1965 ocorrem em 11 deles, ainda de acordo com o autor (1998) a linha-dura das Forças

Armadas vetou determinados candidatos. Porém ressalta-se que grande parte do entusiasmo pela revolução estava declinando, o regime militar pregava a ‘ilusão’ do fim da corrupção, no entanto a classe estava ficando com os bolsos vazios, a corrupção ainda era presente, e por este fato a oposição ao governo militar triunfou em Estados importantes. O que fez com que os militares ficassem em alerta.

O que se seguiu ao período do AI-1 foram outros atos Institucionais que ratificavam cada vez mais o poder do executivo. No dia 17 de outubro de 1965 o então presidente general Castelo assinou o AI-2 que extinguiu os partidos políticos que expunham opiniões diferentes ao governo, mas houve a organização de dois novos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que era formado por partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição.

Em Fevereiro de 1966, o AI-3 estabeleceu uma linha mais dura do regime militar que não condizia com o que pregava em seu início, de manter a democracia, as eleições indiretas foram estendidas para o cargo de governadores dos Estados.

No fim de 1966, o AI- 4 foi assinado com o propósito de fazer com que os deputados se reunissem às pressas para que fosse aprovada uma nova constituição que de acordo com Aranha (2008) já estava pronta havia seis meses.

Fausto (1998, p. 475) referente ao AI- 4 postula o seguinte:

Uma das características do regime implantado em 1964 foi o de não ser uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava, de fato, no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa, conforme o caso, e decisão final do Alto Comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima.

No dia 3 de Março de 1967, começou a valer a primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar e apresentava em seus artigos o crime de opinião, o crime político, o crime de subversão, o enquadramento de qualquer cidadão à Lei de Segurança Nacional, sua expulsão do Brasil e a vigilância de seus familiares, estava agora institucionalizada e era legal.

O mandato do general Castelo Branco chegava ao fim e no dia 15 de março de 1967 quem assumiu o cargo de Presidente foi o general Artur da Costa e Silva que fazia parte da linha dura do regime e como vice-presidente o civil Pedro Aleixo.

Foi no comando do general Costa e Silva que o Brasil recebeu o AI mais opressor, o número 5. No início de seu Governo, estava disseminado por todo o Brasil protestos contra a ditadura militar, os opositores ficaram mais radicais, após a morte de um estudante secundarista pelas mãos da polícia, com ações terroristas, assaltos a banco e ataques a soldados para roubar suas armas.

Os militares combatiam com violência as manifestações divergentes ao regime, fossem greves, que eram proibidas, passeatas ou manifestações culturais. Chegaram a matar estudantes e invadir teatros.

Como resposta a esses protestos que apareciam com mais veemência surgiu um documento que de acordo pequeno, com quatro páginas e 12 artigos, mas que tinha o poder de acabar com qualquer esboço de resistência ao governo.

Os chefes militares eram taxativos, ou se aprovava o AI-5 ou as Forças Armadas não teriam como garantir a segurança nacional. Meiguins (2008, p. 24) afirma que:

O clima de radicalização cresceu durante todo o ano, mas a justificativa de que os radicais precisavam para endurecer foi um discurso de apenas cinco minutos. No dia 2 de setembro de 1968, na Câmara, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, espinafrou os militares e perguntou: 'Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?' Marcito, como era conhecido, tinha autoridade para desafiar os radicais: havia denunciado e provado dezenas de casos de

tortura ocorridos na época de Castelo Branco. Seu discurso foi mimeografado e distribuído em todos os quartéis.

Apesar da imunidade parlamentar, o deputado Márcio Moreira Alves foi alvo de pedido de processo, era uma manobra para se colocar o governo e a Câmara em rota de colisão, pois oficiais aconselhavam os parlamentares a votar contra a autorização dele, o que realmente ocorreu. Como resposta os militares instauraram o AI-5 que segundo Meiguins (2008) dava carta branca aos militares para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, proibir manifestações sobre assuntos políticos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional.

O período que se seguiu foram os anos de chumbo, o regime estendia os porões da ditadura, onde muitos que pregavam a democracia eram torturados e até mortos. A censura era implacável proibindo músicas, peças de teatro e filmes que fossem contra ou que apresentassem possíveis imagens contra o regime.

De outro lado a oposição se retraiu e achando que a resposta era a luta armada foi para o confronto. As ações de seqüestros e assaltos pelos terroristas de esquerda recebiam como resposta as torturas e assassinatos pelos de direita.

Neste período qualquer cidadão poderia ser torturado nos porões da ditadura sob acusação de terrorismo, bastava à desconfiança ou a denuncia de um vizinho.

O militarismo tinha a tortura como arma de repressão e o DOPS, departamento de Ordem Política e Social, e o DOI-CODI, Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, como informantes e repressores ideológicos.

De acordo com Muniz e Ferraz (2008) somente na década de 70 a ditadura militar diminuiu seu ímpeto autoritário, o general Ernesto Geisel, que assumiu a presidência em

Março de 1974 e ficou no poder até o início de 1979 iniciou a distensão política que seria concluída pelo presidente seguinte, João Baptista Figueiredo.

Para analisarmos a ideologia do regime militar recorreremos à contribuição de Pêcheux (1988, p. 152) que afirma que o conceito de ideologia permite que o homem se veja como animal ideológico, ou seja, se veja como parte integrante da história que é “um sistema ‘natural humano’ em movimento, cujo motor é a luta de classes, isto é, a reprodução/ transformação das relações de classes – com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico, políticos e ideológicos) que lhes correspondem.”

Com base nessa contribuição, esclarecemos que o regime militar se valeu do autoritarismo e não de uma ideologia, pois não apresentou lutas de classes, ou seja, não houve uma preocupação em fazer com que a população aderisse à idéia do regime, mas houve a imposição de um regime que procurava fazer do sujeito um assujeitado.

Assujeitado por não ter direito de pensar por si, considerando as possíveis propostas, pois caso fossem contrárias ao regime eram combatidas violentamente. A consciência social que legitima o poder da classe dominante assim como as ideias dos interesses revolucionários da classe dominada, população, não eram respeitadas.

De acordo com Fausto (1998, p. 513):

[...] não se realizaram por parte do militarismo esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único acima do estado, nem uma ideologia capaz de ganhar os setores letrados. Pelo contrário, a ideologia de esquerda continuou a ser dominante nas universidades e nos meios culturais em geral.

O autor (p. 513) ainda afirma que “o regime pôs fim ao populismo, o que significa que a classe operária deixou de ser utilizada como um recurso do poder. Os grupos que tinham obtido voz no período anterior – a classe operária, os estudantes e os camponeses – perderam força.”

Carvalho, em sua tese de doutorado cita Althusser postulando que não existe ideologia senão por meio do sujeito e para sujeitos, e com esta citação ratificamos que o regime militar não apresentou uma ideologia, pois não se deu a liberdade para o povo escolher um plano governamental, mas impôs um sistema autoritário de governo.

2.3 Lula e a Carreira Sindical

No ano de 1969, no auge da repressão da ditadura militar, embora não se conhecessem ainda as práticas sindicais Lula concorreu ao primeiro cargo de direção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, por influência de Frei Chico que não pode aceitar o convite dirigido a ele, primeiramente. Lula foi eleito como suplente, ficando até 1971 nesse cargo. De acordo com Frei Chico a, morte de Lurdes, a primeira mulher de Lula, e a maneira como ocorreu foi o que fez Lula se engajar ao movimento sindical.

Em 1972, Lula foi eleito primeiro Secretário e em 1975, eleito para a presidência do Sindicato. Lula não era mais um inexperiente no cotidiano sindical e modificou a maneira de atuação do Sindicato. De acordo com Paraná (2002, p. 27) a eleição ocorreu da seguinte maneira:

Uma nova eleição para a diretoria do sindicato realizada em 1975 coloca Lula na presidência da instituição. Nessa época, através da atuação de Lula e de outros sindicalistas, surge o chamado ‘ novo sindicalismo’, uma forma diferente de fazer sindicalismo no Brasil, distinta daquela caracterizada pelo clientelismo e pelo assistencialismo sindical que marcaram por anos a vida da classe trabalhadora brasileira, mergulhada num regime antidemocrático. Lula retoma antigas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores: remuneração salarial digna, garantia de emprego e melhores condições de trabalho eram algumas das reivindicações. O sindicato abre suas portas, assume uma nova dinâmica, leva as assembléias para o local de trabalho dos operários, amplia o quadro de sindicalizados e também os horizontes da enorme massa de trabalhadores que representa.

No ano de 1978, com 98 % dos votos, Lula foi reeleito.

A ascensão rápida de Lula, na diretoria do sindicato, demonstrava a capacidade de adaptação e qualidades de liderança que lhe deram destaque.

Em 1978, com abertura política lenta gradual e segura³, auxiliada pelo general-presidente Ernesto Geisel, criou as condições necessárias para o renascimento sindical resultando no início de uma greve voluntária dos operários da montadora de caminhões Scania-Vabis, localizada em São Bernardo do Campo, no dia 12 de maio de 1978.

Essa era a primeira greve significativa desde a repressão dos movimentos de Osasco e Contagem, dez anos antes, o Brasil ainda vivia sujeitado ao regime militar.

Em 14 de março de 1979, cerca de oitenta mil metalúrgicos, reunidos no Estádio de Vila Euclides, decidiram paralisar as fábricas. O sindicato fazia com que as ações em São Bernardo do Campo reverberassem por todo o estado de São Paulo.

O regime militar, temendo os efeitos políticos da greve após terem dissipado com violência as greves anteriores, resolveu apertar o cerco ao sindicato prendendo seus líderes e processando-os com base na lei de Segurança Nacional⁴.

Após ser deflagrada a greve que reuniram até cem mil grevistas a favor da campanha salarial em 1980, por coordenar a greve que era proibida pela ditadura militar nesse período Lula foi preso, julgado e condenado pela Justiça Militar a três anos e seis meses de prisão em 1981, mas a prisão preventiva durou apenas 31 dias no DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

Mesmo com a diretoria do sindicato na prisão, a greve continuou tendo a duração de 41 dias.

³ Esta distensão durou mais de dez anos e nenhuma expressão seria mais adequada para descrever o período em que a ditadura militar diminuiu seu ímpeto autoritário, mesmo que tivessem subterfúgios para adiar a entrega do poder aos civis. (Aventuras na História 2008)

⁴ Instrumento autoritário que permitia tratar as reivindicações como crime.

Durante sua prisão, Lula foi autorizado por Romeu Tuma, diretor do DOPS, a sair da cadeia duas vezes para visitar a mãe hospitalizada em decorrência de um câncer, na primeira vez e na segunda para o velório dela.

Outro sindicato que não deve passar em branco quando se refere a Lula é o da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A CUT não estava sujeito às vontades do Estado, mas sim aos interesses dos trabalhadores.

Os discursos de Lula, presidente do Sindicato dos metalúrgicos, nas portas das empresas, levaram milhares de pessoas às ruas de São Bernardo do Campo dando visibilidade ao ABC nos meios de comunicação devido aos acordos salariais firmados entre patrões e empregados nesse período do novo sindicalismo e também influenciaram no surgimento do Partido dos Trabalhadores na década de 80.

Lula não queria fazer parte do sindicato, mas por meio dele auxiliou milhares de pessoas em suas lutas trabalhistas se formando em um cidadão que lutava em prol dos menos favorecidos da população.

2. 4 O Surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Para refletirmos sobre o surgimento do Partido dos Trabalhadores, devemos nos posicionar diante do que acontecia naquele período.

Em 1978, Fernando Henrique Cardoso que em breve voltaria para o Brasil após um período de exílio, procurou Frei Betto, simpatizante do sindicato, para propor a fundação de um partido para socialista, no entanto a resposta que ele recebeu foi que um partido realmente socialista deveria surgir de baixo para cima e não de intelectuais como ele.

Frei Betto deixou Luiz Inácio inteirado da conversa que teve com Fernando Henrique. Lula já pensava também em formar um partido político que respondesse às expectativas dos trabalhadores.

Na década de 80, Luiz Inácio Lula da Silva já era um sindicalista reconhecido por suas lutas pelas classes dos trabalhadores. O principal objetivo do sindicato era fazer valer os direitos dos trabalhadores diante das empresas que não respeitavam esses direitos.

Diante dessa finalidade do sindicato e da maneira como Luiz Inácio conseguiu reunir a massa dos trabalhadores para lutar pelos direitos trabalhistas, fizeram com que ele pensasse que já era a hora dos trabalhadores terem um representante na política.

O auditório do Colégio Sion, em São Paulo, foi escolhido para o encontro dos trabalhadores proletariados para a formação do Partido dos Trabalhadores, PT, no dia 10 de fevereiro de 1980.

A ditadura militar já não tinha mais a mesma força e a democracia retomava gradativamente o seu espaço. Paraná (2002, p.28) nos relata como se deu a organização do Partido dos Trabalhadores (PT):

Convencido de que os trabalhadores precisavam ter seus próprios representantes na esfera política, em 10 de fevereiro de 1980, Lula, junto a outros sindicalistas, intelectuais, representantes da Igreja progressista, militantes de grupos de esquerda e de movimentos populares, entre outros, fundam o Partido dos Trabalhadores. O partido que ficaria conhecido como 'PT' nasce num delicado momento de transição política da ditadura militar – que já não tinha mais fôlego para se sustentar – para a democracia. Aparecendo no cenário político brasileiro como uma inovação, o PT se constituiu como um partido ligado à defesa dos interesses das classes trabalhadoras e dos marginalizados da esfera política. O PT nasce a partir da crença de que a transformação social do país só será possível se vier do povo, se tiver sua origem nas bases da sociedade.

Por ser formado pelos trabalhadores assalariados e lapidado no movimento sindicalista, o Partido dos Trabalhadores não era convencional e abalou a base da política conservadora com novos movimentos sociais, partindo das esferas sociais inferiores.

O que começou como um meio para dar voz aos trabalhadores no ambiente político, transformou-se, em pouco tempo, no partido de todos que queriam ter voz, como os

funcionários públicos, os professores, que eram policiados em seus conteúdos de aula, assim como todos os intelectuais no período da ditadura militar. De acordo com Brito (2003, p. 67)

O PT reunia as pré-condições para se espalhar pelas capitais e municípios brasileiros. Tinha o poder de mobilização dos seus membros e simpatizantes e uma boa idéia na cabeça, mas faltava-lhe tradição; precisava provar idoneidade e competência, e conquistar o coração, a credibilidade e a aceitação dos eleitores.

Embora o Partido dos Trabalhadores não tivesse ainda credibilidade e a aceitação dos eleitores foi aos poucos conquistando o seu espaço, pois demonstrou que era fiel as suas origens, tornado-se, em pouco tempo, um partido expressivo. Apesar de não ter o mesmo poder aquisitivo de outros partidos, o PT tinha integrantes que se preocupavam com a solidificação de um partido do povo e se colocaram à disposição para conseguirem mais militantes para o partido. De acordo com Paraná (2002, p. 29):

Contando com poucos recursos financeiros e humanos, Lula, alguns sindicalistas e militantes de esquerda iniciaram uma espécie de peregrinação pelo Brasil na tentativa de construir o Partido dos Trabalhadores, que, poucos anos mais tarde, se transforma num dos mais importantes partidos de oposição do país. A partir desse momento, Lula é convidado a viajar pelo mundo; sua projeção havia ultrapassado as fronteiras do país. Trocando experiências com entidades sindicais estrangeiras, líderes políticos, intelectuais e trabalhadores, Lula visita Suécia, Cuba, Japão, Nicarágua, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Itália, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, França, Suíça, Portugal, Canadá e Argentina. No Brasil, Lula já havia anos antes se encontrado com lideranças políticas internacionais como Helmut Schimdt e Adolfo Soares. Em 1981 tem audiência com o senador democrata Edward Kennedy e, na Itália, encontra-se com o então sindicalista polonês Lech Walesa e com o papa João Paulo II. Muitos encontros políticos e viagens internacionais importantes seguiram-se a estas no futuro.

O que pode ratificar a força do Partido Trabalhista foi a primeira eleição que o partido participou no ano de 1982. O PT, de acordo com Paraná (2002, p. 29), ‘elegeu oito deputados federais, 12 estaduais e 78 vereadores. Em 1985, o partido conquistou a prefeitura de uma

capital, o município de Fortaleza. Na eleição seguinte, em 1986, sua bancada federal dobraria, somando 16 parlamentares.’

Em 1982, Lula também participou para o cargo político de governador do Estado de São Paulo. Embora ele não tenha vencido, saiu forte para concorrer em outras campanhas eleitorais. Paraná (2002, p. 29) cita as marcas da candidatura de Lula em 1982. “Quando candidato a governador do estado de São Paulo em 1982, Lula recebeu 1.144,648 votos. Apesar de não ter sido eleito, saiu fortalecido politicamente.

Na campanha de 1986, Lula provou que tinha a confiança de muitos, se elegeu Deputado Federal com 651.763 votos.

Mesmo que pareça que o Partido dos Trabalhadores tenha alcançado, com facilidade, uma posição de destaque, mostrando para os partidos já estabilizados os objetivos e os porquês deles, não devemos nos iludir. A ascensão do PT não passava pelo crivo de todos. O Partido dos Trabalhadores também tinha inimigos, que tentavam minar a credibilidade de seu líder, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Partido dos Trabalhadores não tinha nenhuma ligação, ou interesse em se aproximar de Partidos Comunistas, por esse fato, passaram a dizer que Lula era um agente infiltrado da CIA.

O Partido dos Trabalhadores alicerçou, como base para a sua diretriz, a preocupação, em primeiro lugar com as necessidades dos trabalhadores; em segundo lugar, com a participação da população nas decisões políticas; e em terceiro lugar, na defesa do socialismo e da democracia.

Referindo-nos à defesa da democracia, o Partido dos Trabalhadores participou das campanhas a favor das Diretas Já no ano de 1984, assim como outros partidos políticos. O partido dos trabalhadores era diferente em sua forma, mas não no seu querer. Na década de 80, queriam, como os outros partidos, ter o direito de ver o povo escolher o presidente de sua

nação. De acordo com Brito (2003, p. 69) o Partido dos Trabalhadores participou das campanhas a favor das Diretas Já, da seguinte maneira:

Em 1983, seu partido saiu na frente na campanha das Diretas Já. As eleições biônicas instituídas pelos militares para colocar no poder as pessoas de sua preferência, sem a audiência direta do eleitor, ganharam a rejeição e a antipatia da sociedade.

Em 1984, Lula está ao lado de Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, pelejando pelas eleições diretas e imediatas. O PT expulsa dos seus quadros oito deputados federais que votaram pela eleição indireta, transformada em símbolo do autoritarismo e centralismo militar, das restrições às liberdades e da tortura, da ineficiência e do clientelismo, da concentração de renda e de indicadores sociais aquém daqueles de outras nações e das expectativas da população brasileira.

A campanha das Diretas Já tomou mais força ainda com o apoio da população que já estava cansada de não ter direito à voz, o que forçou os militares, que já estavam enfraquecidos a retornarem para a caserna deixando o país se redemocratizar.

De acordo com Paraná (2002) em janeiro de 1984, cerca de 300.000 pessoas reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo. Três meses depois, um milhão de cidadãos encheram as ruas do Rio de Janeiro. Algumas semanas depois, cerca de 1,7 milhões de pessoas se mobilizaram em São Paulo. Com essa pressão a Ditadura Militar enfraquecia-se ainda mais e não via outra alternativa a não ser a de devolver ao povo o direito de votar em seus candidatos e de pensar à sua maneira e não à maneira como o Governo pregava como correto.

O Brasil, no ano de 1989, voltou a ter seu presidente pelo voto direto. A campanha das Diretas Já alcançou seu objetivo de dar ao povo o direito de escolher seu presidente.

O candidato Lula, agora com experiência de Deputado Federal em seu currículo, e com o partido bem alicerçado, após 9 anos de formalizado, viu-se com a capacidade de exercer a função desse cargo de Presidente, então se candidatou concorrendo ao cargo contra Fernando Collor de Mello.

Luiz Inácio Lula da Silva é um cidadão que passou pelas mesmas dificuldades que todos os metalúrgicos proletariados, mas ele transformou sua indignação em ação para formar um Partido que representaria o povo desprovido de oportunidades em um período de ditadura militar que mantinha a ordem pela repressão apresentada pelo ‘direito da força e não pela força do direito’.

O Partido dos Trabalhadores apresentou ascensão rápida por ir ao encontro das expectativas de todos que necessitavam de alguém para lutar por eles.

2.5 As Campanhas à Presidência do Brasil de 1989 a 1998

Após a queda do regime militar, que se estendeu de 1964 a 1984 e 29 anos sem eleição à Presidência da República, o povo brasileiro pôde exercer novamente a democracia para a eleição de Presidente no ano de 1989.

Lula, agora sindicalista, fundador e participante do Partido dos Trabalhadores, foi lançado como candidato à Presidência da República, disputando com Fernando Collor de Mello, mas apesar de ter conquistado prestígio diante dos trabalhadores, Lula não venceu no segundo turno. De acordo com Brito (2003, p. 70-71) a derrota poderia servir como um termômetro para o partido diante da sociedade:

A derrota poderia ter tido o sabor de vitória, pois a força dos petistas crescia, os eleitores os acolhiam e o desempenho alcançado era, de fato, muito bom para um partido político novo e de oposição ao sistema. Entretanto, não foi assim que a viram e perceberam. Houve, de fato, revolta e frustração no meio petista.

Embora Lula tenha perdido, principalmente pela falta de credibilidade que o partido de Fernando Collor de Mello tentou atribuir a ele, manipulando a mídia para evidenciar fatos que, não se sabe, verídicos ou não de sua juventude, mostrando entrevistas com Miriam, mãe de sua filha que foi fruto de um romance que ele teve antes de conhecer Marisa.

Miriam denegria a imagem de Lula, atribuindo a ele o título de uma pessoa omissa em relação às suas obrigações e desonesto no seu trato com o outro.

Mesmo com a falta de ética do partido concorrente, Lula não se igualou. Os outros líderes do Partido dos Trabalhadores falaram para ele contra-atacar, utilizando-se das mesmas armas e de melhores, a sua própria filha abraçaria sua causa. Mas Lula não fez isso. Ele não deixou sua filha falar mal da mãe o que fez com que ele perdesse a eleição. Brito (2003, p. 71) relata este fato da seguinte maneira:

A derrota foi mais dolorosa porque foram utilizados golpes baixos nos debates televisivos. Aliás, os golpes baixos podem ter sido – e muitos asseguram que foram – as causas da derrota. Collor levou Miriam, com quem Lula havia mantido um romance, mãe de sua filha Luriam (junção de Luís e Miriam), à televisão para falar mal e depor contra ele, com repercussões amplas que lhe subtraíram uma vitória quase certa, depois de superar Leonel Brizola na disputa para chegar ao segundo turno. A derrota política se somou a um drama familiar. Lula caiu em profunda depressão durante alguns meses. Na época, aconselhado a reagir com veemência e levar a filha Luriam para falar a seu favor no programa eleitoral, teve com ela uma longa reunião, após a qual declarou à imprensa: ‘Filha minha não vai para a televisão falar mal da mãe’ (O Globo, 4/10/02, p. 13). E Perdeu as eleições.

No entanto, esse fato não passou em branco. No ano de 1990, de acordo com Paraná (2002), Lula lança e passa a coordenar o Governo Paralelo, com o objetivo de formular políticas alternativas de governo para atender às demandas sociais da nação.

Em 1992, Lula participou ativamente para que ocorresse o Impeachment do Presidente da República, Fernando Collor, por denúncias de corrupção em seu governo. Paraná (2002, p.30) relata o importante papel do PT para que ocorresse o *impeachment*:

A partir de denúncias e de requerimento de parlamentares do PT, instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a existência de corrupção no governo federal. O país assiste a uma das maiores mobilizações populares de sua história, a sociedade exige que o exercício político se faça de forma mais digna. Sucessivas pesquisas de opinião pública indicam que se a eleição presidencial realizada em 1989 fosse naquele ano Lula seria o candidato eleito para governar o país.

Lula veio a disputar sua segunda campanha eleitoral para o cargo de Presidência da República no ano de 1994, contra Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o mesmo que propôs para Frei Betto a organização de um partido político socialista. Embora às pesquisas de opinião apontassem vantagem de Lula na intenção de voto, ele não chegou nem a ir para o segundo turno com a somatória de votos válidos em 22% com 17.112.255 contra 44, 1% dos votos válidos, 34.350.217 votos, para Fernando Henrique Cardoso.

Um dos fatos que corroborou para a vitória de Fernando Henrique foi o de ele ter sido um ex-ministro que acabava de deixar um projeto de controle da inflação que teve êxito, o Plano Real.

Mesmo que Luiz Inácio Lula da Silva não fosse desconhecedor das manobras efetuadas nas campanhas eleitorais como as alianças entre os partidos, não tinha o mesmo conhecimento acadêmico e de alianças que Fernando Henrique.

O PT tornou-se o principal partido de oposição ao Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brito (2003, p. 71) relata este fato da seguinte maneira:

Lula disputou o poder com alguém da oposição, como ele, que se parecia mais com a situação e que aprendeu antes que ele a fazer alianças de poder – o que rendeu a FHC um dividendo, a vitória na eleição presidencial, e um ônus, as duras críticas da esquerda, que não absorveu as táticas do companheiro de lutas.

No ano de 1998, Lula candidatava-se pela terceira vez consecutiva para o cargo que ele tanto almejava, o de Presidente, tendo novamente como adversário político Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro mandato de Fernando Henrique havia sido de sucesso em consequência do êxito do Plano Real que mantinha o real equivalente ao Dólar e por isso o presidente foi

reeleito com 35.923.259 ou 43,1% dos votos para Fernando Henrique Cardoso contra 21.470.442 ou 25,85% dos votos válidos para Lula.

Quem estava ao lado de Lula pensava que aquela eleição era o fim de seu sonho. Era a terceira vez que ele se candidatava para o cargo de Presidente e perdera.

Lula não se deixou esmorecer, ainda que não tenha deixado de transparecer sua decepção. Para ele sua carreira ainda não chegara ao fim como muitos pensavam.

O PT era visto como um partido radical, com marcas socialistas o que não agradava aos mais abastados. Luiz Inácio via que era hora de mudar, mas sem deixar de lado o objetivo do partido de representar o povo. De acordo com Brito (2003, p.77);

Lula mudou. É o que todos dizem. O PT mudou. [...]. Duro será o Lula que mudou, conviver com os dinossauros da política brasileira de 65 milhões de anos atrás, que não mudaram, mas sobreviveram à poeira levantada pelos meteoros que bombardeavam a Terra – a realidade imitando o cinema. De um jeito ou de, a Pastoral operária, as Comunidades Eclesiais de base – CEBs, a Central de Movimentos Populares foram pró-ativas e, entre outras iniciativas, se posicionaram construtivamente, de forma relevante e decisiva, funcionando como antítese dos movimentos de inspiração marxista-leninistas. E, depois, o muro de Berlim caiu, a ressaca coletivista da humanidade foi curada, e ficou a síntese, que é a luta pela justiça social, pela vida e pela liberdade.

Lula visava à candidatura de 2002 e para alcançar o êxito que queria ele mudou a imagem que mostrava de esquerdista, para uma de centro redirecionando a construção de sua imagem.

Luiz Inácio percebeu que não era somente se candidatar, mas também adaptar a imagem de seu partido e a sua para uma que fosse considerada digna de credibilidade.

2.6 O Ano da Eleição de Lula – 2002

Mesmo que Fernando Henrique Cardoso tenha se reelegido para o cargo de presidente da República, em 1998, seu governo começou a ficar desgastado.

De acordo com Brito (2003), a população estava cansada do governo de centro e centro – direita e, conseqüentemente, cansou-se também de FHC. A imagem de Fernando Henrique não era mais a mesma de quem implantou o Plano Real.

Enquanto a aceitação do governo de Fernando decaía, a rejeição a Lula e ao PT diminuía.

Os partidos políticos mudavam sua forma de liderança não por conta própria, mas sim porque a sociedade mudava. De acordo com Brito (2003, p. 80-81):

O cidadão quer políticos, governantes e servidores éticos, comprometidos com o bem comum e a coisa pública. E empresários, também. Vem dizendo não à corrupção e ao clientelismo, pois os vê como instrumentos de discriminação e privilégios.

Está o cidadão consciente de duas coisas básicas: primeira – a produção é socialmente bem distribuída; segunda – a apropriação é um privilégio de poucos. Apesar de entender esta dicotomia, valoriza mais a ética que a ideologia. Então exige políticas públicas que tanto retomem o crescimento e desenvolvimento nacional como reordenem o gasto público para beneficiar a maioria desprotegida e carente, para o bem comum, o que é tão ou mais importante num horizonte de planejamento longo quanto aumentar o salário-mínimo no curto prazo.

As campanhas eleitorais de 2002 para Presidente se aproximavam. Lula se candidataria pela 4ª vez, no entanto, Lula não se alicerçava mais somente na visão do Partido dos trabalhadores, ele recorreu a pessoas especializadas em marketing político, Duda Mendonça que redefiniu a imagem que Lula tinha para a sociedade.

Lula não era mais, de acordo com Brito (2003, p. 88), “um líder de cara amarrada, raivoso, mal penteado e mal vestido, que nunca sorria e andava em companhia de pessoas que sonhavam e lutavam em destruir os capitalistas privados e a democracia republicana e representativa em construção no Brasil”.

Essa mudança de Lula foi notada a ponto de Zuenir Ventura, jornalista da Revista Época a escrever em seu artigo de 4/11/02 que Brito (2003, p.88) transcreve: “Como falar de um fenômeno cujo mistério talvez não esteja nem nos fatos nem nos feitos, por mais

extraordinário que tenham sido, mas no campo do imaginário, do sonho, da fantasia e do desejo.”

Luiz Inácio mostrava agora uma imagem de alguém digno de credibilidade, não pelas suas palavras, mas pela sua postura. Segundo Brito (2003, p. 89):

Duda Mendonça, o Líder da publicidade e do marketing político, responsável pela campanha de 2002, diz que não fez nada. [...], mas o fato é que Lula cortou os cabelos, aparou e dizem que passou a pintar a barba, adquiriu bons ternos, camisas, gravatas e sapatos, mostrou a família na televisão, passou a sorrir e a fazer declarações de amor a todos, defendendo seus pontos de vista, falando dos seus sonhos e projetos de governo, raramente atacando os adversários. Daí saiu o ‘Lulinha, Paz e Amor’.

Lula não aparecia somente como um líder popular, mas de acordo com as necessidades que a sociedade expunha, aparecia aos olhos dos eleitores como um líder messiânico que chegava para corresponder às esperanças da população. Paraná (2002, p. 33) afirma que:

No rico imaginário popular, Lula ocupa muitos espaços, assume muitas e contraditórias identidades. Talvez para a maioria, nunca deixou de ser operário metalúrgico: sua migração do Nordeste, sua origem mestiça (européia e indígena), sua pouca escolaridade formal e sua inserção na indústria do grande ABC fazem dele um ‘peão típico’. Alguns segmentos sociais acreditaram ser Lula uma ameaça à ordem pública, um radical de esquerda despreparado, um homem ‘ignorante’, ávido por assumir cargos eletivos de relevância política. Para muitos, ao contrário, Lula não só é um líder de massas extremamente carismático, mas também um estadista, homem culto, preparado, capaz de promover a justiça social de que o país necessita. Símbolo da mobilidade social e da consolidação da democracia brasileira, Lula representa para alguns o medo para outros a esperança.

Nas eleições de 2002, tinha-se como adversário político de Lula o candidato José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira que era apoiado por Fernando Henrique Cardoso. Mas Luiz Inácio Lula da Silva agora sabia da importância da aliança política que era necessária naquele momento. De acordo com Paraná (2002, p. 31):

Lula propôs um pacto social com o que chamou de ‘forças vivas da nação’. Aliando o Partido dos Trabalhadores ao Partido Liberal, criou uma aliança capital-trabalho, numa candidatura que se movia mais ao centro do que nas eleições anteriores. Além do Partido dos Trabalhadores e do Partido liberal, do qual provinha o candidato à vice-presidência José Alencar, a ‘Coligação Lula Presidente’ contava com o Partido de Mobilização Nacional, com o Partido Comunista do Brasil e com o Partido Comunista Brasileiro.

Lula escolheu o seu candidato a vice-presidente em uma festa na Barra da Tijuca. José Alencar, que era senador e empresário bem sucedido, quando falando de sua trajetória de vida para Lula demonstrou que, assim como ele, tinha tudo para se acomodar com a vida que lhe havia sido imposta pelo nascimento. Ele havia passado por dificuldades, tinha somente o curso primário, mas não se acomodou e conseguiu montar uma empresa com faturamento de um bilhão por ano e empregava dezesseis mil pessoas.

Segundo Brito (2003, p. 93) Luiz Inácio Lula da Silva, ao saber da história de José Alencar “viu o modelo de empresário que o Brasil precisava. E disse para si mesmo: ‘Com este eu me caso’ (O Globo, 4/10/02, p.13)”

O candidato a vice-presidente era a resposta que a população também queria, a de que havia esperança em se ver o cidadão galgar os postos que lhe fossem permitidos com base em suas limitações. De acordo com Brito (2003, p. 93-94):

O vice-presidente e senador é um homem do povo que, pelo trabalho, ascendeu à condição de industrial e capitalista. É outro exemplo da mobilidade social brasileira, que permite aos seus filhos galgarem a escada do desenvolvimento individual, trabalhando muito. Um escritor resumiu o que é sorte e sucesso: ‘corpo suado e camisa molhada’. A pobreza não é condenação perpétua. O sucesso empresarial e a eleição de José Alencar reforçam as esperanças e mobilizam vontades.

A legitimação da vontade do povo foi representada nas urnas. Lula vencera no segundo turno com 61,3% que representa o número de 52.788.428 contra 38,7% ou 33.366.430 dos votos tributados a José Serra. Brito (2003, p. 94-95) postula que:

A qualidade da vitória de Lula é maior do que os números totais indicam: a) a vitória foi ampla em todas as regiões; b) superou os adversários entre os eleitores masculinos e femininos, por faixa de renda, idade e escolaridade; c) teve 25 milhões de votos a mais no segundo turno do que a soma dos votos dados aos candidatos a governador indicados pelo PT, em cada unidade da Federação. Eis as razões pelas quais os críticos dizem que Lula ganhou a eleição, não o PT. O PT cresceu significativamente desde as eleições presidenciais de 1989, mas Lula cresceu mais.

A eleição de Lula representa um voto de confiança para quem não tinha tido até aquele momento a oportunidade de revelar seus objetivos. Para o professor Antônio Candido apud Paraná (2002, p. 32):

Na vitória de Lula há, antes de mais nada, uma espécie de simbolismo. Cansado das injustiças e dos erros cometidos pelas elites, o povo brasileiro resolveu confiar seu destino a alguém da classe operária, como se quisesse reconhecer o direito que ela tem de participar decisivamente no governo da nação, com ânimo de mudança. Em todo mundo, quantos trabalhadores manuais chegaram à chefia do Estado? Bem poucos. Pela luta armada e pela guerra, Tito na Iugoslávia; pelo voto, Fritz Ebert na República de Weimar e Lech Walesa na Polónia. [...] Note-se que não é um trabalhador que, pelo esforço, conseguiu sair da sua classe e incorporou-se às elites dominantes, como Lincoln. A singularidade no seu caso é que continua essencialmente identificado aos interesses de sua classe, mas decidido a atender às necessidades de todo o povo brasileiro. [...] a vitória de Lula pode ser o começo de uma fase redentora na vida política e social brasileira.

Após a confirmação da vitória Lula pelo STE, ele proferiu seu primeiro discurso como presidente eleito no qual ele procurava deixar claro que ele não falharia, destacando que o povo que o elegera estavam impacientes com o fracasso dos governos anteriores, ele deixou claro que Lula poderia falhar, mas ele na posição de presidente da República não, mesmo com a herança de problemas que havia recebido dos governos anteriores. Brito (2003, p.110) afirma que “uma das características que também marcou a eleição de 2002 foram a lisura na condução do pleito, a rapidez e a exatidão das apurações. O atraso, comum no passado, na apuração de votos sugeria incompetência ou fraude, ou ambos.

Lula tinha a intenção de ratificar ao povo que ele era um cidadão que vinha das classes sociais inferiores e por esse motivo, conhecedor das dificuldades relacionadas ao trabalho e a

outros que atingiam o povo mais necessitado. Sabedor do amparo que o governo disponibilizava para a população carente ele procuraria fazer, na medida do possível e das atribuições de seu cargo, o que era necessário para responder às expectativas do povo que o elegera. Lula Procuraria fazer com que o cidadão adquirisse sua auto-estima e a confiança no governo.

3. A Respeito da Análise

Temos por objetivo, no presente capítulo, colocarmos em prática o que nos propomos a analisar neste trabalho com o propósito de responder à questão de como e quais são as imagens construídas que se apresentam no discurso do Presidente Lula?

Sendo assim, refletiremos sobre o modo como o sujeito enunciador inscreve sua imagem no discurso.

3.1 Breves Considerações

O *corpus* deste trabalho, fonte da análise, é resultado de um questionamento referente à intencionalidade do enunciador e como ela pode vir a evidenciar a realização de um contrato

de reciprocidade em que o mais beneficiado é o próprio enunciador, pois ele almeja a aceitação do outro. Definimos como outro, o povo que elegeu o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva, na 27ª eleição para Presidente, sendo a 19ª por eleição direta.

De acordo com Orlandi (2007, p. 26) “a análise de Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.” Considerando essa citação, devemos pontuar que o sujeito age com a intenção de fazer o outro aderir ao que se tem como perspectiva, como correto.

O discurso é, por essência, o transporte da intenção do enunciador, visto que ele não deixa de transparecer o objetivo de fazer o outro a aderir a sua visão de mundo ou a sua ideologia.

O discurso político mostra-se ainda mais intencional, já que, por meio dele, o sujeito enunciador não só quer manipular o outro para fazê-lo aderir a sua ideologia, como também para se manter na posição para a qual foi eleito com a imagem de alguém digno de credibilidade, fazendo com que o outro tenha uma identificação com ele.

A descrição e a interpretação do Discurso estão interligadas e, por isso, devem ser bem delineadas para se alcançarem os objetivos propostos. De acordo com Orlandi (2007, p. 60-61):

- a. Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

Com base nas considerações acima elencadas, tomamos como material de análise o discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, proferido no Parlatório do Palácio do Planalto, no dia 1º de Janeiro de 2003 após a ter sido empossado pela Câmara dos Deputados para o cargo que havia sido eleito, o da Presidência da República Federativa do Brasil.

Escolhemos esse discurso por entendermos que nele o enunciador deixa transparecer as diversas máscaras, ou *ethos*, que servem para confirmar ao povo que o elegera que o governo seria do povo para o povo, uma vez que ele queria mostrar que era sabedor das necessidades que se apresentavam naquele momento e, devido a esse fato, já estava preparado para assumir aquele cargo que ele tanto almejava.

Para a concretização da análise, recorreremos aos objetivos específicos que introduzimos nas considerações iniciais e que retomamos aqui:

1. analisar os procedimentos linguísticos na construção da imagem do sujeito enunciador utilizando-nos da seleção lexical;
2. analisar como o dialogismo e as diversas vozes constituem o sujeito;
3. observar o lugar de onde o enunciador discursa e o *ethos* construído nesse processo.

Considerando esses objetivos, faremos a análise no que tange ao primeiro deles, o uso dos pronomes e do léxico, no segundo as vozes e no terceiro, o *ethos*.

Uma das categorias refere-se ao uso dos pronomes, que revelam a implicação do enunciador e do enunciatário, pois entendemos que o enunciador, ao fazer uso dos pronomes pessoais, pode se aproximar ou se distanciar do povo, dependendo de sua intenção em determinado momento. De acordo com Maingueneau (2006, p.49):

Um posicionamento não implica apenas a definição de uma situação de enunciação e uma certa relação com a linguagem: deve-se igualmente levar em conta o investimento imaginário do corpo, a adesão 'física' a um certo universo de sentido. As 'idéias' são

apresentadas através de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser, associada a representações e normas de disciplina do corpo.

Outra categoria a que nos apegaremos, refere-se à seleção do léxico que expressa a emoção, a crença e o saber partilhado pelos sujeitos envolvidos e as frases que apagam a responsabilidade dos interlocutores apresentando evidências.

Consideramos que o sujeito é formado na alteridade, ou seja, por meio do dialogismo e nesse ponto de formação do sujeito, outro aspecto que consideraremos é a importância de reconhecermos que a polifonia também é formadora dele.

O *ethos* no discurso político envolve a imagem que o povo tem do sujeito e a projeção da imagem que esse sujeito faz quando quer confirmar que é digno de credibilidade.

Para a análise dos itens acima elencados, devemos considerar, em primeiro lugar a posição em que enunciador e enunciatário estão inseridos, analisando também o contexto que envolve determinada situação.

O procedimento metodológico consistirá, num primeiro momento, na escolha dos recortes que serão analisados, considerando o que nos propomos, e em um segundo, na definição do que elencaremos como essencial para a análise já delineando o *ethos* do sujeito enunciador.

Lembramos que o discurso não é uma prática individual, uma vez que procura agir no pensamento da sociedade e por isso envolve a visão de mundo que vinculam os membros do grupo social.

Considerando o contexto em que os sujeitos envolvidos estão inseridos e observando que o discurso político visa à adesão do outro devemos, pontuar três aspectos que devemos nos ater nessa questão:

O primeiro é o discurso como o sistema de pensamento que procura fundar um ideal político que tem por objetivo servir de referência para a construção das opiniões e

posicionamentos diante deles. O segundo refere-se ao ato de comunicação que apresenta a vontade de influenciar a opinião do outro em relação a quem fala. O terceiro refere-se ao discurso político como comentário sobre determinado fato ou circunstância e apresenta o objetivo de projetar a imagem do orador.

3.2 A Análise

Esclarecemos que não faremos a análise de todo o discurso, mas sim de recortes selecionados objetivando mostrar o *ethos* do sujeito Luiz Inácio Lula da Silva e sua intencionalidade. Reiteramos que as categorias de análise que serão utilizadas para nos alicerçar são o uso dos pronomes e de elementos do léxico, as vozes e o dialogismo que constituem o sujeito e analisaremos o *ethos*. Essas categorias serão utilizadas, nessa sequência e, quando necessário, de forma imbricada.

Recorte 1

1 - ‘Mudança’; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

2 - Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

3 - Foi para isso que o povo me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade

prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Quando o enunciador se utiliza do substantivo **mudança**, esclarecendo que essa é a palavra e o sentimento latente naquele período de eleições, como que sendo a necessidade que a sociedade apresentava como necessária em um período que tanto o desemprego quanto a fome estavam em alta, ele tem por objetivo evidenciar que foi eleito por conhecer essa realidade. Temos assim a apresentação do contexto em que o sujeito Lula fora eleito. Nessa apresentação, o enunciador tem a intenção de projetar o seu *ethos* de credibilidade; nessa projeção ele tem por objetivo fazer com que o outro, a sociedade que o elegera, deposite nele sua confiança, não manifestando assim uma interrogação em relação aos seus argumentos, ou discurso. Para isso ele recorre à memória discursiva da sociedade que o ouvia, como que dizendo: Eu sei os percalços que vocês foram obrigados a enfrentar, porque eu também os enfrentei. Eu também não me acomodei diante deles. Eu também via a necessidade de mudança diante dessa realidade que se apresentava. Nesse recorte que destacamos o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva apresenta o motivo que o levou a ser eleito de acordo com sua opinião.

O enunciador narra uma realidade, mas sem se colocar nela, de maneira direta, ele manifestou a sua presença em relação à mudança quando expressou que “A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.” Nesse momento, podemos dizer que o substantivo **esperança** apresenta o sujeito Lula como tal, pois relaciona-se à ação de decidir que cabia ao povo, o enunciador era o Presidente porque o povo decidiu que assim seria.

O sujeito Luiz Inácio Lula da Silva, ao encerrar a contextualização dos fatos que o levou até o posto mais elevado do governo do país, afirma que: “a sociedade escolheu mudar

e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.” Nesse trecho, podemos ver que ele se colocou como “o salvador” responsável pelas ações necessárias para que a mudança ocorresse de fato na política brasileira. Podemos ver mais evidente essa posição do enunciador quando analisamos o pronome **me**, referindo-se ao motivo que fez com que o povo o colocasse nessa posição: “Foi para isso que o povo me elegeu Presidente da República: para mudar.” Outra palavra que evidencia essa posição de “salvador” é quando ele diz que o sentido da palavra **mudança** refere-se a cada voto dado a ele e ao seu companheiro José Alencar.

Quando o sujeito Lula afirma que:

E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Ele projeta o seu *ethos* de seriedade, ao afirmar que as promessas de sua campanha serão cumpridas. O enunciador sabia que suas promessas eram as respostas que a sociedade esperava, pois ele deixa claro que o significado de cada palavra dita na campanha dialogava com os anseios dos eleitores.

O sujeito Lula projeta o seu *ethos* de identificação ao dizer que ele estava naquele dia em uma posição sonhada por tantas gerações de lutadores que vieram antes dele. Justificamos que essa identificação refere-se à preocupação de dividir com o povo os a responsabilidade e a preocupação de dividir as transformações que ocorreriam no país. O presidente tem por objetivo esclarecer que as mudanças não seriam mais um sonho, mas, de acordo com suas

palavras, uma realidade de caráter prático que teria a sociedade como participante e testemunha.

Podemos perceber que o enunciador deixa transparecer a voz de cidadão, do povo, da massa, quando ele afirma que havia chegado a hora da transformação com a qual, de acordo com suas palavras, a gente sempre sonhou. Quando o sujeito Luiz Inácio se expressa com o lexema a gente ele deixa transparecer que ele também faz parte do povo com os mesmos objetivos e anseios. Sendo assim, ele se utiliza da voz de cidadão para dialogar com a sociedade tendo por objetivo se mostrar próximo e integrante da população. O enunciador utilizou-se de uma das vozes que o constitui para identificar-se com o povo no mesmo objetivo de ver a trajetória da política mudar.

O sujeito Luiz Inácio Lula da Silva apresentou não somente o motivo que fez com que ele fosse eleito Presidente, o contexto em sua realidade e a imagem de quem podia ocupar aquele cargo, por ser conhecedor dos problemas e por se identificar com o povo, apresentando fidelidade em relação às suas promessas.

Recorte 2

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Quando o enunciador conjuga o verbo ter na 1ª pessoa do plural, tem por objetivo dividir com o povo a visão dos passos necessários para alcançar os objetivos almejados pela nação.

O sujeito sabia que as mudanças que a nação exigia não se realizariam somente pela vontade, mas com planejamento e ações adequadas, e esse processo pedia sobriedade para reconhecer que a mudança ocorreria progressivamente após alicerçar a base de seus projetos.

Ao reconhecer a legitimidade dos anseios da sociedade, o enunciador reconhece também que ela estava com pressa de ver o novo rumo para a política; então ratificou a informação que introduzira no início do excerto quando apresenta o seguinte argumento: “teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.”

Quando o sujeito Lula se utiliza do lexema **estrada** referindo-se ao modo como pisar nela e a maneira como caminhar, esclarece que no caminho a ser seguido para a concretização da mudança, todos os passos devem ser medidos com cautela, com destreza, para que não haja falhas no momento de colher os frutos, resultado de um bom procedimento no serviço de preparar o terreno que, de acordo com ele, começara naquele momento em que ele fora empossado, “como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.”

Ao apresentar esses argumentos, o enunciador tem a intenção de atingir o *pathos*, ou seja, seduzir a sociedade por meio do diálogo, apresentando o seu pensamento como presidente eleito e como cidadão, membro de uma sociedade, que compartilha dos mesmos anseios dos outros cidadãos, mas que sabe que o processo de mudança requer planejamento. Sendo assim, podemos dizer que o sujeito Lula apresenta um *ethos* de seriedade por apresentar firmeza, segurança e respeito em relação aos anseios dos eleitores. Isso ocorre, porque tanto o enunciador quanto o enunciatário compartilham determinado ponto de vista sobre determinado assunto.

O enunciador evidencia-se como sincero, não apenas com a sua palavra, mas também com a sua atitude de reconhecer que a mudança não ocorre somente pela vontade, mas por meio de um trabalho que requer compromisso e capacidade.

O sujeito Luiz Inácio Lula da Silva deixa transparecer duas vozes. A voz do líder, presidente eleito, que sabe quais são os caminhos necessários para alcançar o objetivo almejado, quando norteia o povo diante dos atos que devem ser concretizados. E deixa transparecer a voz do cidadão, quando ele se coloca no enunciado como um nós, que ele expressa na conjugação do verbo ter.

O enunciador apresenta uma imagem de identificação com o seu enunciatário, pois ele também tem as mesmas ansiedades apresentadas pela sociedade. Chegamos a essa conclusão com o auxílio da análise da conjugação do verbo, que expressa a atitude do enunciador, da análise das vozes, que podem ser de concordância ou não a respeito do que fora abordado e do reconhecimento da cena enunciativa, discurso para o povo que o elegera, e da posição do enunciador, que fala como o Presidente da República e do enunciatário com suas esperanças para o futuro, observando a partir desse reconhecimento da posição do enunciador e enunciatário a intencionalidade.

Recorte 3

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Quando o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva enuncia a respeito provas da grandeza e da capacidade de mobilização da nação, ele recorre à memória discursiva do povo brasileiro,

fazendo com que o mesmo retorne no tempo e no espaço para se lembrar dos momentos em que precisou lutar por seus direitos.

Embora o enunciador não cite abertamente a ditadura militar que ocorreu no Brasil da década de 60 até a de 80, ele sabe que foi um fato marcante para a história nacional e por isso mesmo ele não discorre do fato da ditadura em si, com suas violências e outras consequências decorrentes dela, mas sim da ação tomada pela nação de se mobilizar para concretizar o pensamento de ter direito de voz, não uma voz imposta, mas sim a da democracia, em que mesmo que as ideias fossem divergentes, existiria o direito de dizê-las. Lula tem a consciência que os saberes sobre aquele fato são compartilhados, e por este motivo compreende que dialoga com a memória de seu enunciatário.

A nação mobilizou-se diante da realidade que se apresentava no período da ditadura e teve êxito vendo o fim dela. O sujeito Lula pedia a mesma mobilização que a nação apresentou naquele período, para que o mesmo êxito se repetisse diante de um novo propósito que surgia, o de acabar com a fome.

Quando o sujeito se utiliza do pronome possessivo **meu** para se referir ao povo, ele tem por objetivo se aproximar da população de maneira agradável fazendo com que o mesmo se sinta parte integrante deste objetivo de acabar com a fome, o enunciador também procura provar que ele tem orgulho de ser um cidadão dessa nação que venceu os obstáculos que apareceram no caminho dela.

“Meu povo” porque eu também sou cidadão desta nação que luta para concretizar seus planos e sonhos.

Com isso, o enunciador quer fazer o enunciatário reconhecer a sua “grandeza” diante dos problemas e das ações tomadas para resolvê-las, ele age no subjetivo de quem o ouve. O enunciador traz para o seu discurso a voz do cidadão e do presidente. Traz para o seu discurso a voz do cidadão, ao relembrar as dificuldades de um período ditatorial e por se lembrar da

mobilização da população para sobrepô-las. E evidencia a voz do presidente, quando refere-se a ação que deve ser adotada para que as mudanças ocorram, a união a favor de um objetivo. O enunciador se posiciona como o líder que norteia a população rumo a um fim específico.

O sujeito coloca-se na posição de quem tem o poder para fazer, pois além de sua legitimidade dada pela nação por meio do voto, também há o reconhecimento de sua posição de sujeito que fala pelo e para o povo.

Quando o enunciador recorre à memória discursiva da nação e manifesta a voz do cidadão e do presidente, ele constrói um *ethos* coletivo, pois sua fala está ligada tanto a ele quanto ao enunciatário. O enunciador também apresenta o *ethos* de solidariedade uma vez que compartilha das necessidades do outro e se coloca como responsável para fazer mudar a realidade existente.

Recorte 4

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas do mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

A liderança dos passos políticos da nação repousa nas mãos do presidente eleito, por ele ter se mostrado digno para o cargo, conhecedor das necessidades da nação e competente para fazer o necessário para a vida da nação.

Quando o enunciador afirma que “Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República,” ressalta essa posição de liderança dada a ele pelo voto direto.

O presidente distancia-se do povo que o ouve ao enunciar que abaixo da liderança dele existirá uma relação construtiva. O sujeito Lula, quando faz essa diferença de líder e liderados, tem o propósito de ratificar essa posição de liderança que é fazer com que o outro reconheça que quem discursa é portador de uma legitimidade e veja que esse líder mobiliza outras seções do governo rumo às aspirações compartilhadas de união para o bom trabalho do governo.

Esse distanciamento do enunciador continua quando ele faz uso do pronome **meu**, referindo-se ao Governo. O sujeito Lula apresenta o que deve ocorrer para que a nação progrida, em primeiro lugar a relação fraterna entre os poderes, em segundo, o respeito à independência do exercício das funções desses poderes e em terceiro lugar, na contribuição do Congresso Nacional, ele lembra que já fez parte da Casa Parlamentar.

O sujeito Lula enuncia para o povo os passos que são de responsabilidade do governo ao afirmar que: “O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los.” Ele não refere-se ao povo e nem de seus passos, mas do País como representação de quem necessita da força de um governo forte para manter-se saudável.

O enunciador reconhece que o Brasil deve pensar no seu caminhar, mas sem deixar de lado os benefícios que os contatos com os outros países podem proporcionar, mas não deixa

de condicionar que, para haver esse benefício, é necessário que o povo brasileiro tenha confiança no governo.

De acordo com as colocações do Presidente Lula, podemos afirmar que ele evidencia a voz ao líder quando manifesta a intencionalidade de agir sobre a subjetividade dos enunciatários, fazendo com que eles o vejam como a resposta correta para a questão referente a quem ocuparia o cargo de presidente que teria a responsabilidade de cuidar da vida da nação.

Podemos dizer, também, que o sujeito Lula traz para o seu discurso a voz do governo, pois quando ele diz que “devemos ter confiança em nós mesmos”, apresenta decisões que são do governo, o enunciador sabe que não é responsável sozinho para o bom andamento do governo e da nação, então divide com os outros membros que fazem parte do poder executivo a responsabilidade de gerir o Brasil.

O sujeito Lula posiciona-se diante da apresentação de como fazer um bom governo como detentor do poder, mas quando enuncia a respeito do fazer, ele divide a responsabilidade e projeta a sua imagem de chefe evidenciando a relação existente entre o cidadão e a visão que tem da atitude do político. O presidente sabe que está sendo avaliado e por isso direciona, para o seu auditório, uma relação de prestação de contas, demonstrando que é conhecedor da realidade e que sabe como agir de acordo com ela.

Recorte 5

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas do significado da integração.

Quando o enunciador apresenta a prioridade que norteará o seu Governo, não se prende a desenvolver um argumento que aponte somente para o que se tem como ideal, nem somente como um ato de comunicação, ele mostra, de maneira mais latente, a intenção de projetar a sua imagem. Não se volta para o fim político, mas para a apresentação de sua imagem.

O enunciador tem o objetivo de construir a opinião do enunciatário com base no que ele tem como verdade. Referindo-nos a essa afirmação, podemos observar, no recorte acima, que, ao falar da construção de uma América do Sul, politicamente estável, ele se mostra como o sujeito que não apresenta condicionais referindo-se a como fazer essa América ser estável.

Podemos dizer isso com base na enunciação do sujeito, referindo-se ao que é essencial. Quando faz isso ele não dá margem para um contra argumento no que apresenta, porque se embasa em sua posição de líder, que tem conhecimento para ocupar aquele espaço.

Fazemos essa afirmativa, observando a maneira como ele apresenta o verbo ser, como o que deve ser feito. Usa o verbo no imperativo, apontando como fazer, para ratificar que sabe o que está dizendo. O enunciador dialoga com o saber dos seus enunciatários quando ele cita o motivo do MERCOSUL estar enfraquecido.

Ao dizer que a “revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.” O sujeito Lula dialoga com o conhecimento do enunciatário porque vê, assim como o povo, que não adianta falar em integração, se cada Governo rumar sua política para o que interessar a ele somente, de maneira individual, desconsiderando as necessidades dos outros países que formam o MERCOSUL.

O enunciador, ao expor a prioridade de seu governo, ele evidencia a imagem de chefe que norteia o governo e a imagem de competência de quem tem o conhecimento necessário para estar à frente.

Ao apresentar essas imagens, embasadas em seu argumento, escolhe a voz de convergência com as vozes de quem o ouve procurando assim não ter resistência a ele como presidente.

Recorte 6

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológico do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários de nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.

Quando o enunciador refere-se ao MERCOSUL como um projeto político, ele não apresenta a sua visão, mas sim a do governo e mais, projeta novamente a sua imagem de chefe, apontando as ações a serem tomadas, para revitalizar a força do MERCOSUL.

O enunciador dialoga com os enunciatários, dando a conhecer a voz do governo. Ao fazer isso pontua que, embora esteja na posição de Presidente da República, os projetos políticos necessitam da adesão de todos os envolvidos no Governo para serem concretizados.

Podemos dizer isso com base na análise do modo como ele se posiciona em seus argumentos utilizando a forma verbal de 1ª pessoa do plural “**Cuidaremos**”, “**Estimularemos**” e “**Apoiaremos**”.

Esses verbos se relacionam a um nós não povo, mas Governo, pois o enunciador apresenta decisões que não cabem ao povo tomar, mas sim a quem responde por ele, no caso em particular o Governo. Ao fazer uso desses verbos na 1ª pessoa do plural o presidente esclarece que as mudanças dependem de uma equipe, os que fazem parte dos governos

envolvidos, e estes devem estar em harmonia com os objetivos de melhorias na política com os países que formam o MERCOSUL.

Observamos que o enunciador distancia-se da responsabilidade de colocar um eu, que indica mais comprometimento no enunciado, por dois motivos. O primeiro é porque ele sabe que, para melhorar a política, não é um projeto que depende somente dele, nem do seu Governo, mas da tomada de decisão dos outros países que fazem parte do MERCOSUL.

O segundo motivo é porque ele sabe que caso ele se coloque como autor e mentor de tal projeto, mesmo sendo o sujeito que ocupa o cargo mais elevado no governo da nação, não governa sozinho, mas com outras pessoas que também foram eleitas pelo povo e por este motivo sabe que a responsabilidade não pode pousar nos ombros de um dos responsáveis, mesmo que este seja o homem que ocupe o cargo número um no Governo do País.

Observamos, assim, que o enunciador procura fazer o enunciatário pensar e responder as indagações referentes aos atributos necessários para quem ocupa o cargo de Presidente da República, uma vez que ele direciona seu discurso para o que o povo quer ouvir, não mentindo, mas revelando a realidade que se apresenta e a maneira como se pode resolver este problema.

O sujeito Lula evidencia uma imagem de credibilidade ao expor que não depende somente dele a construção de uma política para o povo, manifestando a realidade tal como ela é não construindo um enunciado que o exhibisse como resposta final para uma questão levantada há muito tempo referente ao caminhar do MERCOSUL.

Ao projetar a imagem de credibilidade, o enunciador acaba dando a conhecer também a imagem de seriedade, pois para haver credibilidade o sujeito enunciador precisa se mostrar digno de confiança consequentemente quem não apresenta uma imagem de seriedade não apresenta uma de credibilidade.

Ao evidenciar essas imagens o enunciador ratifica ao povo que ele é a resposta que o povo brasileiro procurava para sanar as questões referentes ao modo como a política caminhava.

O dialogismo é latente nesse recorte, pois o enunciador evidencia a sua intenção de interagir com os enunciatários que o ouvem.

Recorte 7

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

O enunciador recorre mais uma vez à memória discursiva dos enunciatários, fazendo com que retornem no tempo e se lembrem da realidade dos problemas que se deparavam no Governo anterior.

Quando o enunciador faz uso do substantivo **verdade** como uma essência válida por si mesma em seu enunciado, ele sabe que está dialogando com o pensamento de seu enunciatário por apresentar logo em seguida e de maneira ordenada as preocupações que assolavam a mente do povo como a falta de segurança. O sujeito Lula ratifica que os problemas enfrentados eram a consequência do descaso dos governos anteriores que não se preocupavam com políticas que pudessem se não sanar, pelo menos minimizar os problemas econômicos que se impunham à população.

Após elencar os problemas decorrentes dessa política que se oferecia ele manifesta a sua visão de Governo e o que ele teria como ação para concretizá-la como que sendo a solução para os problemas que se aduziam.

“Por isso inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente.”

Ao dizer que colocaria o Governo Federal em parceria com os Estados, o enunciador deixa transparecer que o Governo anterior não se preocupava em estar ao lado dos Estados para saber das necessidades que elas apresentavam.

Quando o enunciador justifica essa parceria como fundamental em seu Governo, ele mostra as mudanças rumo ao desejo da população que queria ter tranquilidade em relação à saúde, educação e principalmente à violência.

O sujeito Lula posiciona-se com a contra palavra e a contra palavra, nesse momento, é o Governo anterior.

Ao fazer esse contraponto, o enunciador exhibe a sua voz de cidadão ao expor a sua visão dos problemas e a de líder ao mostrar os problemas, e as possíveis soluções.

Nesse recorte, ao manifestar essas vozes e esse contraponto, o enunciador também projeta a imagem que se destaca dele enquanto sujeito posicionado como Presidente da República que é a de competência, pois ele declara que tem o conhecimento necessário para resolver os problemas que se apresentavam e a de solidariedade porque ele compartilha das necessidades do povo e se revela como responsável para ajudá-lo a resolvê-las.

Recorte 8

O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade

ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

O sujeito enunciator apresenta, ao povo brasileiro, a realidade que poderia se manifestar à nação com um novo modo de Governar, de acordo com a sua opinião, destacando que o povo brasileiro deve considerar seus próprios pensamentos e caminhar com suas próprias pernas.

Na posição de Presidente, o enunciator põe em destaque a responsabilidade do Brasil para que ocorram as mudanças que o povo via como necessárias.

O enunciator posiciona seu discurso como *logos*, ou seja, no objetivo de influenciar o outro com a configuração de um raciocínio lógico agindo na razão, considerando que esse povo, que o elegeu, o fez por não creditar mais sua confiança em um plano de Governo que não resultava em benefícios para a população.

Quando o sujeito enunciator assinala que o Brasil “terá de contar com suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração” ele tem o propósito de fazer com que o povo considere que independentemente de suas ações na posição de Presidente da República, sem o apoio da população, as mudanças necessárias para a melhoria no país será desgastante e sem utilizada, visto que as mudanças requerem desprendimento da comodidade que, quem sabe pode ter sido ocasionada por decepções de esperanças não correspondidas que deixam a nação na inércia, estagnada no sonho de mudanças, mas sem lutar por elas e comprometimento e paciência diante das decisões que poderiam ser tomadas pelo governo a favor de uma melhoria significativa do sistema governamental para a sociedade. O enunciator pontua ainda que será trabalhoso o caminho rumo à estabilidade da econômica, cultural e social, pois depende de alicerce sólido para imprimir um trabalho relevante na “nova empreitada história” da nação.

O enunciador também assinala que seria um período em que o amor do povo à pátria poderia ser posto à prova porque, na consolidação de uma nova prática governamental, a estruturação levaria tempo o que poderia gerar descontentamento e distanciamento do propósito inicial de ver o progresso da nação não somente na bandeira, mas nas atitudes do povo. Quaisquer que mudanças que venham a ocorrer é necessário que haja o reconhecimento da necessidade do empenho em se predispor a lutar a favor das melhorias e entender as reformulações que desestruturam, muitas vezes, o que se está cômodo, mas que tem por objetivo o progresso da nação.

O sujeito enunciador expõe que o povo deve aprender a caminhar com as próprias pernas e pensar com a sua própria cabeça e que “todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.”, ele destaca também a luta que deve ser amada para não ser esquecida.

Quando o sujeito enunciador interage com o enunciatário, expondo a maneira como o Brasil deve se colocar frente à nova empreitada, ele destaca a sua voz de conhecimento e de líder porque prevê o que pode ocorrer, como a falta de apoio resultante da perda de confiança em um novo modo de governo que estava sendo enunciado. Lula evidencia a atitude que deve ser tomada frente aos possíveis problemas, como o amor ao país e força para não esmorecer diante de obstáculos que possam surgir.

O enunciador projeta o seu *ethos* de credibilidade, porque oferece um raciocínio que situa os enunciatários frente aos possíveis problemas e exhibe, também, um *ethos* de competência, porque evidencia conhecimentos e sabedoria adquirida com a análise da luta para resolver os problemas sociais e os governos anteriores.

Recorte 9

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha

própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda convicção, que nós podemos muito mais.

O sujeito enunciador divide com o povo a responsabilidade de fazer a política que respondesse as necessidades do povo.

Quando o enunciador afirma que “cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe que podemos fazer muito mais” destaca que o povo é forte e divide com ele, em primeiro lugar, o seu reconhecimento de que o povo já fizera muito no decorrer da história, e em segundo lugar, procura esclarecer ao povo que, embora a história de sua luta conte a favor da nação, não se pode descansar no que foi feito. Devemos lutar para alcançar o que não foi alcançado, mesmo que as dificuldades do caminho pareçam intransponíveis. O sujeito enunciador dá a conhecer um **eu** povo, ele se coloca como um dos responsáveis pela mudança.

O sujeito enunciador situa a sua fala na força do povo com o objetivo de fazê-los ver essa força como ponto de referência para as conquistas e lutas seguintes da população.

O enunciador não quer que o povo se adapte a qualquer dificuldade que se exiba em seu cotidiano, mas que lute para vencê-la.

Na posição de enunciador, Lula sabe que a imagem que a população faz dele não se resume somente àquele momento, mas retoma toda a sua história de vida e se concretiza na interação com o povo que o elegeu Presidente da República. Essa construção da imagem do enunciador deixa marcas claras de que recorre a sua história de vida para mostrar ao povo que de dificuldade ele entende, pois atravessou muitas no decorrer de sua história e apesar delas não desistiu, logo o povo poderia vencer também as dificuldades que surgissem. O sujeito

enunciador projeta o seu *ethos* de virtude, pois demonstra que fala com conhecimento de causa.

Podemos afirmar isso com base no seguinte excerto:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda convicção, que nós podemos muito mais.

O enunciador narra a história de sua vida. Ele demonstrou que é possível vencer se houver força para persistir com o foco no objetivo que se propôs alcançar. Quando ele diz que “vejo e sei, com toda a clareza e com toda convicção, que nós podemos muito mais” ele dialoga com a memória discursiva de seu enunciatário que está retomando o período do surgimento do sujeito Lula na carreira sindical e que chegou à Presidência da República, o enunciador se evidencia como exemplo de que o caminho do sujeito não deve ser imposto, mas construído.

O sujeito enunciador reflete a voz de cidadão que luta e projeta a sua imagem de identificação, ao se colocar como um sujeito que venceu os problemas por não desistir, se colocando assim como o povo que apesar dos problemas é persistente. O enunciador também projeta a sua imagem de competência por indicar no percurso de sua vida que tem os conhecimentos necessários para vencer os obstáculos, projeta ainda a imagem de humanidade uma vez que mostra suas fraquezas que foram vencidas e o *ethos* coletivo por representar a imagem de um grupo.

O sujeito enunciador dialoga com o povo, não somente com o objetivo de aparecer digno de credibilidade, mas também com o objetivo de tornar patente que as lutas são para serem aceitas e travadas e não para se colocarem como derrotados diante delas.

Recorte 10

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

No presente recorte, o sujeito enunciatário não divide com o povo nenhuma responsabilidade, mas divide com ele a sua vitória, mostrando-se digno da responsabilidade que lhe é imposta pela legitimidade do cargo que ocupa no comando da nação. Ao se utilizar da forma verbal de 1ª pessoa do singular “agradeço” e “peço” o sujeito enunciatário ratifica a sua posição de liderança, apontando as atribuições do cargo do presidente de discernir para julgar e serenidade para administrar, ao fazer isso ele dialoga com a fé de um sujeito enunciatário por saber que o povo ele tem religiosidade, tendo um subsídio a mais para ratificar aos olhos dos eleitores a escolha correta para presidente que se expressou nas urnas, ao atribuir a Deus seus agradecimentos e pedidos.

O sujeito enunciatário agradece a Deus por ter conseguido chegar até aquele posto, pois observando a trajetória de sua vida, que em nada indicava que ele chegaria a Presidência da República, reconheceu que foi agraciado por meio do esforço de seu trabalho, mas que também foi agraciado pelas oportunidades de mostrar a sua competência em anos de trabalho a favor do trabalhador.

O enunciatário apresenta o seu objetivo de estar próximo dos cidadãos, procurando compartilhar e atender as necessidades deles. Afirmamos isso, com base em seu enunciado, quando pede a Deus que ele tenha um coração do tamanho do Brasil para sentir-se unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia a dia dos próximos quatro anos.

O enunciatário dialoga com as perspectivas da população quando ele se dá a conhecer como o sujeito que tem o propósito de ser um bom presidente ao pedir sabedoria,

discernimento, serenidade, coragem e um coração para ser próximo dos cidadãos. O enunciador ao postular que quer ser próximo dos cidadãos esclarece que terá as necessidades da população como prioridade primeira em seu governo.

Observamos que o sujeito enunciador revela a sua voz de líder que se preocupa em fazer um bom trabalho ao pedir sabedoria. Ao dizer que quer ser próximo dos cidadãos, ele identifica-se como digno da confiança desse povo, e por esse motivo quer ser próximo dele. O enunciador também reconhece que ocupa um cargo de destaque que lhe atribui a tarefa de ser representante e voz do povo que é o Presidente da República e evidencia que quer manter a empatia com a sociedade.

O enunciador exhibe o *ethos* de humanidade ao reconhecer sua limitação, apesar do cargo que ocupa, o enunciador evidencia que é um sujeito passível de erros, mas que apesar deles fará o seu melhor e torna patente o *ethos* de solidariedade ao querer estar próximo de quem o elegeu reconhecendo que a sociedade quer um presidente que esteja próximo dela no cotidiano, sabendo de suas necessidades e anseios.

Ao dizer que “Sou agora o servidor público número um do meu País.” O Enunciador Evidencia a sua posição de líder que é o Presidente.

O sujeito enunciador encerra o seu discurso, fazendo uma síntese dos *ethos* mais reproduzidos que foram construídos no decorrer dele.

Ao agradecer a Deus por chegar à Presidência da República, o enunciador oferece a sua imagem de virtude aos olhos de quem era religioso, e essa imagem legitima-se pelo conhecimento que o povo tem da sua trajetória. O enunciador ratifica, também, o seu *ethos* de líder, ao pedir sabedoria para governar e apresenta a imagem de credibilidade por reconhecer que para um bom governo é necessário sabedoria, e projeta o seu *ethos* de identificação por querer estar unido ao povo.

As imagens construídas no discurso do enunciador não se resumem a identificar o seu posicionamento, mas o porquê dele.

O enunciador sabe que estava ocupando aquela posição por ter se colocado como a escolha correta em meio a descrenças na política e por isso teve por objetivo ratificar ao povo que sua eleição realmente fora a escolha correta para o Brasil naquele momento.

Após analisarmos os recortes propostos tendo como subsídios as teorias elencadas a respeito do tema e a trajetória do sujeito enunciador, apontamos a seguir as considerações finais que respondem aos objetivos levantados.

Considerações Finais

Sabe-se que o tema é amplo sujeito a várias ramificações, mas consideramos que a intenção dessa pesquisa é a de contribuir para futuras reflexões a respeito da construção do *ethos* do sujeito enunciador como meio de incentivar e persuadir o enunciatário a aderir à determinada ideia exposta, reconhecendo a Análise do Discurso como um campo fértil para qualquer pesquisa referente ao sujeito em seu contexto social.

Essa dissertação que tomou como material de pesquisa o discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva proferido no dia 1º de janeiro de 2003, quando assumiu o cargo de Presidente da República apresentou como objetivo geral a análise da interação entre enunciador e enunciatário no discurso e como específicos o exame dos procedimentos

linguísticos na construção da imagem do sujeito enunciador utilizando-nos da seleção lexical no que se refere ao uso dos pronomes, verbos e substantivos, e como o dialogismo e as diversas vozes constituem o sujeito em um contexto determinado que resulta na construção do *ethos*, o que fez com que chegássemos a determinadas considerações que nos dão subsídios para futuras reflexões a respeito do tema pesquisado.

Finalizando a dissertação, mas não concluindo o assunto compartilhamos destas considerações finais, reiterando que o discurso é o transporte de uma intencionalidade, entre enunciador e enunciatário, em que se considera o contexto em que ele é construído. Sendo assim, assinalamos os objetivos atingidos.

O enunciador, em cada uma de suas proposições, tem como intenção envolver o enunciatário estabelecendo uma interação que não apresente uma contra-palavra ao enunciado, até mesmo pelo momento em que ele estava sendo apresentado, um momento de reflexão e esperança para o futuro.

O presidente interagiu com a memória discursiva do povo em relação à segurança problemática e a economia brasileira que estava desestabilizada, mas teve a intenção de deixar claro que a partir daquele momento haveria transformação na realidade da nação.

O sujeito não é mais o foco na análise do discurso, mas as vozes que se dão a conhecer no processo dialógico. O enunciador formado polifonicamente, como todos os sujeitos, escolhe uma das vozes que o formam para dialogar com o outro, mas não cala as outras vozes presentes. O enunciador, mesmo tendo escolhido a voz do líder, presidente da nação para dialogar com o enunciatário, modaliza seu discurso não escondendo a voz do sindicalista, operário, metalúrgico e candidato. O sujeito enunciador não é mais um presidente de sindicato que pode aconselhar e liderar o início de uma greve caso veja como o meio de ver as necessidades de quem representa serem sanadas.

O dialogismo e a polifonia foram responsáveis pela construção da imagem do enunciador no momento em que ele discursava, pois as vozes que constituem o Presidente eram conhecidas por seu enunciatário, cidadão pobre, conhecedor das necessidades da nação, pois as enfrentou também antes de chegar ao cargo de Presidente da República.

O enunciador, para ratificar que havia sido a escolha certa para ocupar o cargo de presidente da nação e sabendo da religiosidade do povo brasileiro dialogou com ela, atribuindo a Deus seus agradecimentos e pedidos de auxílio para dirigir a nação.

Ao examinarmos os procedimentos linguísticos observamos que Lula divide com a nação responsabilidades, mas não se desprendendo de sua posição de presidente da república que tem como atributos de seu cargo liderar as transformações que ocorreriam. O presidente ratifica essa sua posição ao manter como decorrente em seu discurso de posse o desenvolvimento detalhado dos problemas e possíveis soluções para resolvê-los.

O presidente exhibe várias imagens no decorrer de seu discurso de posse, instaurando uma relação de co-participação do enunciatário na liderança do Brasil, mas a que imagem que ele deixa mais evidente é a de líder, que a sua posição de presidente legitima. O sujeito Luiz Inácio, embora tenha tido a aprovação da nação nas urnas, ele procura ter novamente o aval nesse discurso de posse. E analisando o *ethos* construído nessa intencionalidade de influenciar a opinião pública, visto que o seu enunciatário é a nação consideramos a citação de Charaudeau (2006, p.119) ao afirmar que a opinião pública é um revelador social de determinado contexto e reativa ao posicionamento do enunciador naquilo que ele profere. E define credibilidade não como uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. Ao mesmo tempo em que objetiva ter a opinião pública a seu favor em seu discurso, o enunciador também se mostra nele, evidenciando que ele é o que demonstrou nas campanhas eleitorais,

digno de credibilidade, e para evidenciar isso o enunciador mostra as imagens que ratificam que a nação pode confiar nele.

O sujeito enunciador deixa transparecer o *ethos* de seriedade ao dialogar com os anseios da nação, mostrando que sabe que as mudanças esperadas pela nação dependem de sua atitude. Lula enquanto cidadão esperava a solução para os problemas e dividia com o povo a responsabilidade de concretizar as mudanças e o sujeito Lula Presidente tomava a responsabilidade de guiar a nação nessa transformação.

No momento em que o presidente discursa, ele reconhece que, além de um cidadão situado em uma sociedade, passou a ser representante e responsável por ela, sua enunciação não representa somente o sindicato em que foi presidente, mas, agora, uma nação que o elegeu, como presidente dela. O enunciador sabe que seu enunciado recebe nova significação para o seu enunciatário, pois ele ocupa o cargo que pode redirecionar a política para sanar as necessidades da nação, os eleitores que deram a vitória ao sujeito Lula sabendo de sua história de homem simples, nascido em uma família pobre e conhecedor dos problemas que assolavam os menos favorecidos economicamente, atribuíram a ele suas esperanças de melhoria e confiança. Sendo assim, o enunciador projeta em seu discurso uma perspectiva, para a nação, de melhoria a partir de seu governo em relação ao governo que se encerrava e conseqüentemente projetou o *ethos*, imagens que auxiliam na construção da opinião do enunciatário em relação ao enunciador podendo ser de concordância ou não.

O sujeito enunciador não estava mais participando das campanhas eleitorais, ele era o presidente eleito e empossado para cumprir o que prometera antes das eleições e esse contexto em que estava inserido de vencedor das eleições discursando como o presidente da república fez com que ele interagisse com o enunciatário de maneira a evidenciar que, naquele momento, a sua intenção era a de, utilizando-se do discurso, firmar um contrato de

responsabilidade diante do que prometera tornando claro que estava ligado aos interesses da nação.

Retomando o contexto histórico do enunciador pontuamos como determinante para a sua formação ideológica, o fato dele ter sido eleito presidente do sindicato em um momento em que a ditadura militar restringia a liberdade política, e proibia o que não era de acordo com as suas regras, como as ações sindicais, que visavam transformações trabalhistas. No entanto, no discurso de posse, o sujeito Lula não se coloca como subversivo e partidário da destruição da ordem capitalista a favor da melhoria da política brasileira.

Ao discursar à nação como presidente, o sujeito Lula demonstra que recebeu novas formações ideológicas ao deixar claro que ele é conhecedor de seu papel naquele momento reconhecendo a importância do respeito aos políticos, empresariado e hierarquias, compreendendo que a união entre eles é importante para a realização de um governo adequado.

Em suma, o enunciador não se constitui em um sujeito único, mas em cidadão, em trabalhador, em Presidente da República, para mostrar que ele era um sujeito que precisava de ajuda e que governaria pensando nas necessidades do povo trabalhando e tomando as decisões necessárias para a estabilidade e segurança que a sociedade necessitava. O presidente exibiu vários *ethos*, como o de líder, o de humanidade, ao evidenciar que precisaria do auxílio da nação, o de virtude, ao mostrar-se coerente com a sua história, o de identificação ao mostrar que ele também tinha anseios sobre a política, mas a que ficou mais patente foi o *ethos* de credibilidade que o enunciador procurou ratificar sendo conhecedor das expectativas da nação e por isso dialogou com ela.

Com base nessas considerações finais que foram direcionadas pela pesquisa, analisamos que os objetivos propostos foram alcançados, mas ratificamos que essa dissertação não apresenta um fim em si mesma e tem a finalidade de, na medida do possível e

reconhecendo a sua singeleza frente aos teóricos abordados e outros que não foram citados, servir como base para aprofundar o tema proposto e auxiliar possíveis interessados pelo assunto em suas pesquisas.

Bibliografia

ARANHA, Carla. *O Golpe: Conspiradores Exploram a Radicalização*. In Revista: Aventura na História. Ditadura no Brasil. Tudo Sobre o Regime Militar de 1964 a 1985 Especial 40 anos do AI 5. São Paulo: Abril, 2008, pp. 12-17.

_____. *Cassações: A Ditadura Apresenta as Suas Armas*. In Revista: Aventura na História. Ditadura no Brasil. Tudo Sobre o Regime Militar de 1964 a 1985 Especial 40 anos do AI 5. São Paulo: Abril, 2008, pp. 18-21.

ARAÚJO, Ubirajara Inácio de. **Tessitura Textual: Coesão e Coerência como Fatores de Textualidade**. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

AMOSSY, Ruth. (org). **Imagens de Si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz(Org.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em Torno de Bakhtin**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2003.

BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1997.

BRANDÃO, Helena Hatshsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2 ed. rev. São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

_____. **Analisando o Discurso**. Disponível em: <HTTP: //www.estacao daluz.org.br/ >. Acesso em 05 de agosto de 2009.

BRITO, Alves. **A História de Lula: O Operário Presidente**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo 2003.

CARVALHO, Maria Teresa Nastro. **Olhares sobre o ano de 1968 nas lentes das revistas O Cruzeiro e Flama: uma abordagem da Análise do Discurso**. São Paulo, 2008. 211 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e Discurso: Modos de Organização**. Trad. Angela M.S. Corrêa & Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de; BRAIT, Beth [et al]. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de.(org.). **Vinte Ensaios Sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERREIRA, Tânia Regina Exposito. **O Processo Discursivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Partir de Entrevistas a Alguns Jornalistas**. 2007. 122 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Linguagem e Ideologia**. 8. ed. rev. atualizada. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; Wander Emediato. (org.). **Análises do Discurso hoje, volume 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. São Paulo: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Cenas da Enunciação**. 1 ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MEIGUINS, Alessandro. *Anos de Chumbo: Carta Branca Para a Repressão Violenta*. In Revista: Aventura na História. Ditadura no Brasil. Tudo Sobre o Regime Militar de 1964 a 1985 Especial 40 anos do AI 5. São Paulo: Abril, 2008, pp. 24-29.

MERMELSTEIN, Sheila. **O Processo Discursivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. 2005. 148 p. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2005.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. (org.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MUNIZ, Ricardo e FERRAZ, Julia. *Distensão: Um processo lento, gradual e seguro*. In Revista: Aventura na História. Ditadura no Brasil. Tudo Sobre o Regime Militar de 1964 a 1985 Especial 40 anos do AI 5. São Paulo: Abril, 2008, pp. 48-53.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PARANÁ, Denise. **Lula, o Filho do Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PAULIUKONIS, Maria A. L. e MONNERAT, Rosane S. M. Operações Discursivas na Enunciação. In Livro: Análises do Discurso Hoje volume 1 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, PP.45-70.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcineli Orlandi. et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Guia Para Alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie**. 3. Ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

FIEC. **Discurso de Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <HTTP:// www.fiec.org.br/ >. Acesso em 25 de maio de 2009.

Anexo

Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a

promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praias, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência

nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a

qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e

brasileiras.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.

Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo, onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de

obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento.

Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.

Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da

democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.

Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a

clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!